

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE**

-----No dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte, pelas 19.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, bem como nos termos do nº 1 do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, alterada pelas Leis nº 4-A/2020, de 6 de abril, 4-B/2020 de 6 de abril e 14/2020 de 9 de maio, face ao enquadramento legal que advém das supracitadas normas, e tendo presentes as diretrizes das autoridades de saúde, em particular da Direção Geral de Saúde, bem como apelando ao Princípio da boa administração, que manda pautar a Administração por critérios de eficiência, economicidade e celeridade, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, em **Sessão Ordinária que congrega as sessões de Abril e Junho, no dia 26 de junho de 2020, pelas 19.00 horas, no Cineteatro de Porto de Mós**, com os seguintes, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----  
-----2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----  
-----2. *Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2019; (apreciação, discussão e votação)* -  
-----3. *Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2019; (apreciação)* -----  
-----4. *Estatuto do Direito de Oposição; Relatório de Avaliação de 2019; (apreciação)* -----  
-----5. *Modificação aos Documentos Previsionais 2020-2021:*-----  
-----5.1. *2.ª Revisão ao Orçamento; (apreciação, discussão e votação)* -----  
-----5.2. *2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2020-2021; (apreciação, discussão e votação)* -----  
-----6. *1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2020; (apreciação, discussão e votação)* ----  
-----7. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (para conhecimento);* -----  
-----8. *Regulamento Municipal "Jovem Autarca"; (apreciação, discussão e votação)* -----  
-----9. *Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Porto de Mós; (apreciação, discussão e votação)* -----  
-----10. *Alteração do Regulamento para Utilização do Castelo de Porto de Mós; (apreciação, discussão e votação)* -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----11. 1.ª Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo de Porto de Mós; (apreciação, discussão e votação) -----

-----12. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós); (para conhecimento) -----

-----13. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação) -----

-----Estavam presentes na Mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), José Gabriel Pires Vala (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM), João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD), Patricia Isabel Zeferino Madeira (AJSIM), Liliana Carvalho Pereira (PS), Júlio João Carreira Vieira (PSD).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arimal e Mendiga; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria e Tiago Manuel da Costa Rei (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Anabela Martins, Marco Paulo Barbosa Lopes, Rui Fernando Correia Marto e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Faltaram à sessão os seguintes membros da Assembleia Municipal: Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), tendo a sua falta sido considerada justificada pela mesa, face ao pedido apresentado por aquela, Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), que não tendo apresentado justificação no prazo regimental, foi considerado pela, mesa falta injustificada e Cecília Lopes Palma (PSD), cuja ausência foi considerada justificada pela mesa face ao pedido de justificação apresentado e que foi substituída, nos termos da Lei e do Regimento pelo membro seguinte da lista de candidatos, Maria Goreti Fino Domingues (PSD).-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e vinte e sete minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, e começando por cumprimentar todos os presentes disse que hoje se vive uma Assembleia Municipal diferente de todas, não havendo memória de uma situação semelhante, de pandemia. No entanto é preciso aprender a viver neste tempo. E este é o grande desafio. Continuou dizendo esperar que todos se encontrem de boa saúde, assim como os seus familiares, afirmando que é bom que se encontrem todos presentes neste ato tão importante como são as sessões da Assembleia Municipal, cumprindo as diretivas da Direção Geral de Saúde. Assim, disse que se iria dar início a esta sessão ordinária. Como todos sabem, disse, não teve lugar a sessão ordinária de abril, por motivo de confinamento, e tendo consultado os serviços técnicos foi informada que esta poderia ser feita, porque a lei assim o previa, em junho. Deste modo, e de acordo com a lei, podem ser agregadas as duas sessões ordinárias (abril e Junho) desta Assembleia Municipal. Desejou a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. -----

-----Seguidamente, deu-se início ao período de intervenção do público.-----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. Inscreveram-se para o efeito Joaquim Oliveira, Serro Ventoso, Márcio Rafael, S. Bento, Telmo Conceição, Porto de Mós, Antonio Cerejo Alves, Porto de Mós e Hélder Costa, Alcaria.-----

-----**Joaquim Oliveira, Serro Ventoso:**-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Iniciando a sua intervenção, disse que está aqui em representação dos moradores das freguesias de Serro Ventoso, Arrimal, Mendiga, S. Bento e Alqueidão da Serra, para pedir ajuda para que estes lugares possam ter um acesso à internet, em condições. Neste momento, as crianças estão em casa a ter aulas à distância, não se conseguindo ter uma aula do princípio ao fim, sem que a ligação caia. Continuou dizendo que nesta zona serrana os moradores estão abandonados, sem um meio de ligação, grande parte das vezes. Não existe fibra, nem 4 G, devendo uma das duas estar posicionada como deve ser. Por isso é que acha que é uma utopia dizer que todos têm ligação à internet, quando isso não existe quando, se está muito perto da sede do concelho, e não estando tão longe assim de Lisboa, também. As crianças são os grandes prejudicados e foi isso que fez revoltar a população.-----

-----**Márcio Rafael, S. Bento:**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia disse que vinha falar em nome do clube desportivo de S. Bento, querendo agradecer a iniciativa da Câmara Municipal de Porto de Mos em ter decidido apoiar as associações com a verba de cinquenta e cinco mil euros. Disse ainda ter lido no jornal *O Portomosense*, que a verba iria ser gerida por uma comissão, questionando se esta verba é para todas as associações do concelho que foram afetadas pela pandemia do Covid 19, não achando correto que esta verba seja dividida apenas pelas associações que participam nas Festas de S. Pedro.-----

-----**Telmo Conceição, Porto de Mós:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes começou por dizer que espera que os trabalhos desta Assembleia contribuam para um concelho coeso e desenvolvido. Seguidamente passou a tecer alguns comentários acerca da deficiente cobertura da rede de comunicações em algumas zonas do concelho, perguntando ao senhor Presidente da Câmara qual o papel da Câmara para se encontrar uma solução para este problema. Perguntou depois porque é que não é usual a Câmara Municipal informar antecipadamente, os executivos das freguesias, pelos serviços que esta irá efetuar nas suas freguesias. Disse ainda que foi proposta eleitoral a criação de um gabinete de apoio às freguesias, perguntando quem são as pessoas que com a sua dedicação, empenho e seriedade, transmitem confiança necessária aos executivos das Juntas de Freguesia, para se encontrarem as soluções necessárias e solicitadas. Referiu depois que a Câmara Municipal participa no processo das 7 Maravilhas da Cultura Popular, com a candidatura dos muros de pedra seca, elementos preponderantes numa paisagem natural de que todos se orgulham, endereçando votos de parabéns pela iniciativa. Passou depois a dizer que na freguesia de S. Bento, existem catorze paragens de autocarro construídas em alvenaria e cobertas com telha de luselite, localizando-se a maioria delas, junto de muros de pedra seca, desvirtuando a paisagem natural.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Face a esta situação, questionou o senhor Presidente da Câmara, da possibilidade de, em colaboração com a Junta de Freguesia, haver uma transformação drástica nas paragens de autocarro, sofrendo obras de restauro, com a substituição da cobertura por telha de barro vermelho, e o revestimento por pedra seca da região, assim como uma pintura interna, visto que a maior parte destas paragens ficam na via rodoviária. Se esta ação for equacionada, pratica-se uma ação de preservação da paisagem local e natural.-----

-----**António Cerejo Alves, Porto de Mós:**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, disse que queria levantar duas ou três questões que considera pertinentes. Em primeiro lugar, referiu-se à Fonte do Castelo, perguntando se há por parte do executivo, intenção de proceder a uma intervenção, dado que se encontra num estado de degradação extrema. Quanto à intervenção que está a ser feita no Parque Verde, perguntou se nessas obras está contemplado ou não o alinhamento do acesso da ponte pedonal em ferro que ali existe. Disse ainda entender que aquele parque deve ser para as pessoas, para as famílias e para as crianças, não fazendo sentido haver ali um parque de estacionamento e permitir que os carros ali circulem. Para terminar disse que há uma coisa que sempre lhe fez confusão: como é que as obras são pensadas, discutidas e decididas pelo executivo. E isto porque, por exemplo o Parque Verde já está a sofrer uma intervenção apesar de ser um projeto relativamente recente e também o Centro de Desportos ao Ar Livre que terá tido, talvez, dez anos de vida útil, tendo estado mais dez anos votado ao abandono. Disse ainda que se lembra que, o Centro de Interpretação de Alqueidão da Serra, que era para ser um polo da biblioteca, foi depois entregue ao Clube de Caçadores e Pesca. Disse depois que nesta questão de obras e de intervenções, cometer-se-iam muito menos erros, se elas fossem discutidas de uma forma séria por todos, incluindo a oposição, onde pudessem acolher-se todas as ideias válidas e só depois tomadas decisões.-----

-----**Hélder Costa, Alcaria:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que vem aqui com o intuito de apresentar alguns números que têm a ver com a Assembleia Municipal e com as presenças e intervenções dos seus membros. Passou então a fazer uma breve análise mandato a mandato, do número de presenças e ausências bem como das intervenções efetuadas nesta Assembleia Municipal, pelos deputados municipais. Terminou dando os parabéns ao executivo pela forma como reagiu à pandemia que se está a atravessar, pedindo que não baixem os braços, pois, da experiência que tem, acha que este foi dos que melhor interagiu com as pessoas, e por isso deve ser felicitado.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia disse que antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, queria agradecer ao Gabinete da Cultura da Câmara Municipal a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decoração deste palco, alusiva ao padroeiro de Porto de Mós, S. Pedro. Agradeceu também ao senhor Presidente da Câmara, em nome da Assembleia Municipal, o *kit* de proteção que ofereceu a todos os presentes, Por fim, agradeceu a Hélder Costa a análise que fez relativamente à Assembleia Municipal, considerando ser esse um trabalho muito interessante e pedindo que o mesmo o fizesse chegar aos serviços de apoio à Assembleia para que o mesmo fosse integrado na ata a ser lavrada.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra começando por cumprimentar todos os presentes e respondendo ao senhor Joaquim Oliveira e Telmo Conceição, disse que o que o município o que tem feito, é tentar servir, numa perspetiva de igualdade, toda a população do concelho de Porto de Mós, que não está servida com *internet*, sendo este um problema sentido há muitos anos. Agora foi entendido ir à procura daqueles que decidem, e por isso, já no próximo dia 1 de julho, haverá em Porto de Mós, uma reunião com o Presidente da ANACOM, que colocou equipas no terreno a fazer medições, de acordo com as regras definidas pela Autoridade Europeia de Comunicações, cujos resultados irão ser apresentados nesse dia, numa conferência de imprensa que terá lugar aqui em Porto de Mós. Continuou dizendo que pensa que este caminho ainda está a meio, porque outros desenvolvimentos aconteceram e outros estão a acontecer. Passou a explicar o que foi feito, para contextualizar esta questão. Num primeiro momento, foi enviado um ofício às operadoras, a lamentar o facto de haver no concelho de Porto de Mós, alunos do ensino básico e secundário que não podiam ter aulas *online*, tal como alunos universitários que não podiam regressar a casa e ter as mesmas aulas via *internet*, por não haver rede, bem como trabalhadores que pretendiam estar em teletrabalho e não podiam pela mesma razão. A Altice respondeu que o território de Porto de Mós estava coberto em 98% 4G e 70% de fibra ótica. Sem prejuízo de comprovar esta questão, o que é facto é que, ter cerca de cem alunos no universo de dois mil e tal que o concelho tem, sem *Internet*, só isso, significa mais de 2%. Quem conhece bem o concelho, sabe que existem diversos lugares que nem voz tem, não havendo possibilidade de usar o telemóvel para ligar. Disse ainda que o senhor Joaquim Oliveira falou aqui da realidade de Serro Ventoso, mas essa nem é a pior realidade que existe no concelho. Efetivamente é um problema grave, mas existem situações de outras freguesias que nem sequer têm voz. O executivo entendeu que deveria pegar na carta que foi remetida pela Altice, e foi a única resposta que se recebeu, e remetê-la para a Autoridade Nacional a explicar o desagrado, e também que o próprio Governo não estava a cumprir com uma diretiva importante, que era garantir igualdade a todos os jovens que foram para casa obrigados, no novo regime de educação, para o qual não havia condições. O Município fez a sua parte dentro do possível, e no tempo possível foram garantidos *tablets* para todos, e para aqueles que não tinham condições, as *pens* de *internet*. Continuou dizendo que o senhor Presidente da ANACOM respondeu por carta que passou a ler e que traduz por um lado a ambição do município e por outro aquilo que ele próprio poderá fazer, e que a seguir se transcreve:-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----"Caro Presidente; Na sequência da mensagem de correio eletrónico, recebida em 28.05.2020, dando conhecimento à ANACOM das preocupações relacionadas com a disponibilidade do serviço de Internet e do serviço móvel no concelho de Porto de Mós, tenho muito gosto em aceitar o seu convite para uma reunião na Câmara Municipal de Porto de Mós em data a agendar com a brevidade possível. Sem prejuízo do aprofundamento desta temática na reunião que iremos realizar, aproveitamos desde já para vos transmitir um conjunto de informação enquadradora desta matéria e prestar alguns esclarecimentos. O serviço de acesso à Internet em banda larga prestado em local fixo, quer através de tecnologias tradicionais (ADSL suportado em pares de cobre), quer através de redes de alta velocidade (fibra ótica e cabo coaxial), e o serviço móvel, envolvendo a prestação de serviços de voz e/ou de acesso à Internet em banda larga, são serviços que não integram o serviço universal, pelo que não existe a obrigação de cobertura (da totalidade) do território e da população. Ainda que o serviço de acesso à Internet em banda larga seja disponibilizado, em praticamente todo o território nacional, através de ADSL, esta tecnologia não permite garantir um determinado débito. A este propósito, esclarece-se que a velocidade real de acesso à Internet através de ADSL depende da distância a que o cliente se encontra da central, pelo que, devido a restrições técnicas associadas à rede fixa em cobre, os clientes poderão experienciar velocidades mais baixas. Em certos casos, o serviço de acesso em banda larga pode mesmo não ser disponibilizado (com uma qualidade mínima) sobre ligações de elevado comprimento (grosso modo, superior a 5 km). Já no que diz respeito ao serviço de acesso à Internet prestado através de redes de alta velocidade, de acordo com os dados disponíveis mais recentes, o concelho de Porto de Mós já dispõe de cobertura de banda larga suportada naquele tipo de redes, estando algumas das suas freguesias praticamente cobertas na sua totalidade por redes de alta velocidade. No entanto noutras freguesias a cobertura por redes de alta velocidade é ainda muito pouco expressiva face ao número total de alojamentos existentes em cada freguesia ou mesmo inexistente. Como referido, embora não haja qualquer obrigação de cobertura do território em redes de alta velocidade, nada impede de, no futuro, os operadores virem a expandir a outras zonas geográficas as respetivas redes, cobrindo ou consolidando a cobertura nas freguesias do concelho de Porto de Mós, nomeadamente nas freguesias com menor densidade populacional. No que respeita ao serviço móvel, os operadores de rede em atividade em Portugal – a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (MEO), a NOS Comunicações, S.A. (NOS) e a Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A. (VODAFONE) – estão vinculados ao cumprimento das obrigações de cobertura constantes dos títulos dos direitos de utilização de frequências para serviços de comunicações eletrónicas terrestres, relevando-se que, de acordo com as obrigações definidas, os operadores não estão obrigados a garantir a cobertura total do território e da população nacional. Ainda assim, e apesar de os prestadores apresentarem, na globalidade do país, um significativo nível de cobertura e desempenho de rede, subsistem ainda, mesmo no interior de uma dada freguesia, "zonas de sombra" – nomeadamente decorrentes das próprias

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

características do serviço, que se suporta no espectro radioelétrico – as quais poderão refletir-se numa perda da qualidade do serviço prestado ou na impossibilidade total de utilização do serviço. Sem prejuízo do referido anteriormente, e atendendo à existência de várias freguesias tendencialmente sem cobertura de banda larga móvel (BLM), foram fixadas obrigações de cobertura, quer no âmbito do “Regulamento do Leilão Multifaixa” aos operadores que adquiriram direitos de utilização de frequências nos 800 MHz, quer no âmbito da renovação dos direitos de utilização de frequências atribuídos na faixa dos 2100 MHz, à MEO, à NOS e à Vodafone, e que abrangem globalmente 1068 freguesias (foram identificadas 480 freguesias no contexto do Regulamento referido e 588 freguesias no âmbito da renovação dos direitos de frequências). No entanto, não foram identificadas freguesias no município de Porto de Mós no âmbito destes procedimentos. Não obstante o exposto, a ANACOM reconhece que continuam a existir localidades e freguesias com níveis de cobertura em fibra ótica reduzidos, bem como com níveis de cobertura móvel deficitários, que afetam a qualidade das comunicações eletrónicas ou mesmo a sua realização, com prejuízos para as populações, pelo que continua a ser uma preocupação desta Autoridade a melhoria dessas situações, no âmbito das suas competências. Na prossecução desta preocupação, a ANACOM encontra-se a elaborar um conjunto de esforços que implicam novas abordagens, para monitorar os níveis de cobertura das redes disponíveis e dessa forma poder dar mais informação ao mercado e sensibilizar os operadores para a existência de zonas com coberturas mais reduzidas. Neste contexto, releva-se adicionalmente que está a decorrer a consulta pública sobre o projeto de regulamento do leilão para a atribuição de direitos de utilização de frequências (DUF) nas faixas relevantes para o 5G e outras faixas (700 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz, 2,6 GHz e 3,6 GHz), o qual prevê a imposição de obrigações de cobertura às empresas que vierem a adquirir DUF em determinadas faixas e que abrangem freguesias de baixa densidade incluídas em municípios que não são de baixa densidade, como é o caso da freguesia de São Bento, no concelho de Porto de Mós. Consideramos de máxima importância poder receber o vosso contributo no âmbito desta consulta pública (<https://anacom.pt/render.jsp?contentId=1502250>) que terminará no próximo dia 3 de julho. Recorda-se, ainda, que na Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2020 que aprovou “a estratégia e calendarização da distribuição da quinta geração de comunicações móveis”, o Conselho de Ministros resolveu “Solicitar à ANACOM que estude a introdução de mecanismos, nas taxas anuais de utilização do espectro, que beneficiem os operadores que se comprometam a assegurar num prazo a determinar, individualmente ou em conjunto com outros, a cobertura em 4G da totalidade das escolas públicas de todos os níveis de ensino e da linha ferroviária do Norte”. Em resposta a essa solicitação, a ANACOM, no Anteprojeto de alteração da Portaria de revisão das taxas devidas no âmbito da utilização do espectro, entretanto remetido ao Governo, apresentou uma proposta tendo em vista a prossecução daquele objetivo. Por último, importa ainda notar que existem no mercado algumas ofertas de serviços, designadamente de acesso à Internet, através de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*satélite, que embora possam não ser substitutas perfeitas das prestações suportadas nas redes fixas ou móveis, também permitem o acesso à Internet. Adicionalmente, informa-se que foi dado conhecimento à MEO, à NOS e à VODAFONE das preocupações identificadas na vossa comunicação com vista a sensibilizá-los para a sua resolução.*-----

-----*Cumprimentos cordiais,*-----

-----Continuou dizendo que já esta semana, e depois de ter marcado a reunião com a ANACOM, recebeu um telefonema da Altice/MEO a marcar uma reunião em Lisboa com vista à apresentação do plano de investimentos ainda para este ano de 2020 e também para 2021, para o concelho de Porto de Mós, dizendo esperar que daqui resulte uma solução efetiva para este problema que tanto penaliza a população em geral e os alunos em particular, e achando que não vale a pena estar a fazer acordos com operadoras para depois não serem cumpridos, como já aconteceu no passado. O seu grande objetivo é que os passos que estejam a ser dados, sejam seguros, concretos e que levem a que a população tenha a possibilidade de ter neste caso, um ensino igual em todo o concelho.

-----Quanto à questão colocada por Márcio Rafael, pediu ao senhor Vereador com o Pelouro do Desporto, Eduardo Amaral, para dar a explicação necessária, o que fez, depois de cumprimentar todos os presentes. Passou então a referir que efetivamente na passada reunião de Câmara foi deliberado que os valores a atribuir seriam a todas as coletividades do concelho, não só as desportivas mas também as culturais, porque não são unicamente as vinte que estariam ligadas às Tasquinhas, como se disse em determinada altura, que iriam sofrer com tudo isto. Nesta altura estava a decorrer um inquérito online, que foi enviado para 102 associações do concelho, tendo recebido até este momento, cerca de 31 respostas. Numa primeira análise pode observar-se, relativamente a uma das perguntas que foi feita, qual o maior receio face ao Covid 19, nos restantes meses até ao final do ano, cerca de 45% das respostas, foram no sentido do cancelamento de todas as atividades, 32%, relativamente às dificuldades financeiras e 12%, quanto ao ressurgimento do surto. Disse que iria apenas referir algumas questões do conjunto que foi possível apurar, que poderão levar a alguma discussão sobre o assunto, já que esta Comissão que irá ser criada, será com os representantes dos vários partidos com assento na Câmara Municipal, faltando apenas constituir-la, mas pensa que também se trás hoje aqui a discussão um órgão que poderá ser um grande elemento na ajuda e na definição de alguns destes fatores. Relativamente à pergunta que foi feita às associações, sobre se pretendem aumentar ou diminuir o número de participantes das atividades regulares, a grande maioria diz que não, ou não tem, ou reduz. Cerca de 35% põem mesmo a possibilidade de parar. Outra pergunta tinha a ver com sugestões para que se pudessem financiar, já que cada associação tem realidades e encargos diferentes, e muitas das que não estavam nas tasquinhas, tinham atividade regular, com os encargos que isso acarreta. A grande pergunta é procurar saber das suas necessidades e o que as associações disseram, foi que o maior apoio que poderiam ter era a nível financeiro, ou a nível da ajuda com os produtos de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desinfecção dos seus espaços para criar condições de segurança para poderem desenvolver a sua atividade.-----

-----O senhor Presidente da Câmara continuou depois dizendo que o Gabinete de Apoio às Freguesias foi criado e funciona, apesar de não ter um espaço físico. O Gabinete tem um e-mail próprio e um gestor, sendo as respostas dadas aos senhores Presidentes de Junta, com quem o executivo reúne mensalmente e que antecipadamente sabem destas questões. Relativamente à questão dos muros de pedra seca, disse que se está a dar dimensão a este projeto e que se trata de uma candidatura muito mais abrangente. O município de Porto de Mós, integra a ADSAICA que em parceria com as Terras de Sicó, já iniciou um processo de candidatura do saber fazer os muros de pedra seca, a património imaterial da humanidade, em conjunto com alguns países do sul da Europa, que têm esta candidatura já em curso. É uma forma de limpar as terras, única, que faz parte da cultura do sul da Europa e que Portugal e nomeadamente o maciço calcário estremenho, tem nas suas paisagens. Esta candidatura foi uma das escolhidas para passar à final estando nesta fase a ser preparada toda a divulgação prevendo-se que na próxima semana todo este processo esteja concluído. Sobre as paragens de autocarro em S. Bento, estas fazem parte do património da Junta de Freguesia e esta terá sempre, como tem tido, a colaboração do Município, para esta e para outras obras, sendo certo que especificamente, as paragens de autocarro, são objetivamente da sua competência. Sobre a questão que Antonio Alves colocou, disse que, no que se refere à Fonte do Castelo, o projeto está praticamente concluído. Está a ser mais moroso porque tem a intervenção da Direção Regional da Cultura, que está a acompanhar e a fazer os ajustes necessários. Calcula-se que na primeira quinzena de julho o projeto estará pronto, para que se possa lançar o procedimento de reabilitação, não só da fonte, como de toda a encosta norte do Castelo de Porto de Mós. Sobre o Parque Verde, disse que não consegue identificar essa ponte, mas que iria informar-se e se estiver alguma coisa em desacerto, certamente será corrigida. Quanto ao parque de estacionamento disse que iria acabar. Este piso vai permitir circular pedonalmente e eventualmente de bicicleta, mas não permite veículos, pelo que terão que se criar ali regras um pouco diferentes. Disse ainda que para além do piso estão também a ser requalificados os decks, bem como os edifícios que fazem parte daquela estrutura. Foi ainda reforçada a energia elétrica, e foi instalado wi-fi em todo o Parque Verde. Sobre a questão que Hélder Costa levantou, disse que é sempre muito interessante e uma mais-valia a apresentação destes números, pedindo que o mesmo envie este estudo à Assembleia Municipal, e a si próprio em particular. Por fim agradeceu-lhe as palavras que endereçou ao executivo, referindo que este executivo está aqui com espírito de missão para prestar o melhor serviço à população.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal usando da palavra, disse

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que antes de entrar no próximo ponto da Ordem de Trabalhos lhe foi pedida a palavra pelo líder do **Grupo Municipal do Partido Social Democrata, José Gabriel Pires Vala**, ao que acedeu.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra pediu desculpa por estar a pedir a palavra antes do início deste Período de Antes da Ordem do Dia, mas acha que o assunto é de extrema importância, passando a propor a aprovação de um Voto de Pesar, pelo falecimento de um dos mais ilustres filhos desta terra, o Almirante Vieira Matias:-----

### -----**VOTO DE PESAR**-----

-----**Pelo falecimento de um dos filhos mais notáveis da nossa terra, o Almirante Vieira Matias**-----

-----Faleceu no dia 13 de junho do corrente ano, com 80 anos, o Almirante Vieira Matias.-----

-----Nascido em Porto de Mós a 9 de junho de 1939, e filho de João Matias, fundador do Jornal "O Portomosense", Nuno Gonçalo Vieira Matias, licenciado em ciências militares navais, na Escola Naval em 1961, frequentou, em países da NATO, diversos cursos, entre os quais o de promoção a Almirante, no Naval War College, nos EUA, no ano letivo de 1988/89.-----

-----Destaca-se na carreira militar por ter servido em Angola, de 1961 a 1963 e na Guiné, como Comandante do Destacamento de Fuzileiros Especiais, de 1968 a 1970; foi Comandante da Força de Fuzileiros, Capitão dos portos de Portimão e de Lagos, Comandante do N.P.R. "João Belo", Chefe de Divisão do Estado-Maior da Armada e ainda professor do Instituto Superior Naval de Guerra.-----

-----Como Almirante, foi subchefe do Estado-Maior da Armada, Superintendente dos Serviços do Material, Comandante Naval, em acumulação com Commander-in-Chief Iberian Atlantic Area da NATO, tendo terminado uma carreira de enorme prestígio, no cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada, de 1997 a 2002.-----

-----O Almirante Vieira Matias, foi ainda membro da Comissão Estratégica dos Oceanos, do European Security Research Advisory Board, Presidente do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes, Presidente da Academia da Marinha, membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História, membro do Conselho de Honra do ISCSP, Presidente do Conselho Supremo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e Vice-Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.-----

-----Vieira Matias, foi agraciado com dezenas de condecorações nacionais e estrangeiras, destacando-se as, Grã-Cruzes da Ordem Militar de Cristo, da Ordem Militar de Avis, da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal, da Ordem do Mérito Naval de Espanha e da Ordem do Mérito Militar de Espanha; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval do Brasil e Comendador da Ordem da Legião do Mérito dos Estados Unidos e da Ordem Nacional da Legião de Honra de França.-----

-----O Almirante Vieira Matias foi considerado pelos seus pares como "um dos mais notáveis

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

líderes e militares contemporâneos, com uma carreira brilhante". O Almirante Vieira Matias foi também um notável investigador e académico na área do estudo do mar e das suas enormes potencialidades.

Pelo exposto, A Assembleia Municipal de Porto de Mós, realizada no dia 26 de junho de 2020, demonstra o seu mais profundo pesar e consternação pelo falecimento do Almirante Vieira Matias, um portomosense notável, e apresenta à sua família as suas mais sentidas condolências, pedindo um minuto de silêncio em sua memória.

Porto de Mós, 26 de junho de 2020.

Os deputados municipais do PSD.

**José Gabriel Pires Vala** disse ainda que, este voto de pesar, embora subscrito pelos deputados municipais do PSD, está aberto a todos os membros da Assembleia Municipal que a ele se queiram associar.

Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs o presente Voto de Pesar a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade e aclamação**, posto o que se guardou um minuto de silêncio em sua memória.

### **1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**

A senhora Presidente da Assembleia Municipal, antes de passar à apreciação e votação da ata da sessão anterior, disse querer fazer o seguinte esclarecimento: no ponto 2 da ordem de trabalhos da sessão anterior, onde consta "Plano de Pormenor da Área de Localização Empresarial de Mira de Aire" deve constar "Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira de Aire", conforme informação que foi aprovada em reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2020, e que se encontra transcrita na mesma ata, tendo sido apenas um erro de escrita. Para que a certidão pudesse ser emitida, falou com os líderes dos Grupos Municipais presentes nesta Assembleia, que concordaram, com esta correção, colocando agora à votação do plenário esta ratificação. Não havendo pedidos de intervenção, foi a presente ratificação aprovada por maioria com uma abstenção.

Passou depois a pôr à consideração do plenário, **a ata nº 1 da sessão ordinária** realizada em 28.02.2020, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usou da palavra dizendo que queria chamar a atenção relativamente à ata, pois na última sessão da Assembleia Municipal, pronunciou-se acerca de uma eventual alteração da zona envolvente das piscinas e da Central, não vindo nada referido na ata. A senhora Presidente tomou a devida nota, respondendo que seria feita a devida retificação, ficando desde já o registo.-----

-----Não havendo mais reparos à mesma, foi a ata colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade.**-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, passou a fazer a seguinte intervenção que a seguir se transcreve:-----

-----“*Senhor Presidente do Município; Senhora Presidente da Assembleia; Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Caros Portomosenses;*-----

-----*Cada um de nós, seguramente, ama a nossa terra e cada um de nós contribui para o seu maior desenvolvimento, à sua maneira. Neste tempo, a união ainda tem de ser maior, a dedicação ainda tem de ser mais forte e o esforço ainda tem de ser mais acrescido. As grandes crises, tornam-nos mais unidos como comunidade, afinam o nosso sentido de pertença e de orgulho na nossa terra, mas também nos nossos líderes. Mas, infelizmente, ainda existe alguma desigualdade, e negá-lo, é tapar o sol com a peneira, o que não é apanágio do PSD nem do Presidente Jorge Vala, e a desigualdade manifesta-se no acesso à saúde e na educação. E na educação, não falamos apenas nas escolas com amianto. Registamos também a desigualdade que os alunos das freguesias de Alqueidão da Serra, Serro Ventoso, União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, Alcaria e Alvados e S. Bento, têm no acesso à internet, por as grandes operadoras não investirem nestas regiões, o que impede a igualdade de oportunidades, o que é uma forma de exclusão social. Esta desigualdade, está a ser combatida pelo PSD, quer a nível local, quer a nível nacional. Importa aqui referir, por ser de elementar justiça, que os deputados do PSD, na Assembleia da República, desde o início desta legislatura, que pressionam o Governo, no sentido de todos, mas mesmo todos, termos acesso à internet, uma necessidade essencial, mormente neste tempo. Mas para isso, temos todos de remar para o mesmo lado, políticos e sociedade civil. Destacamos aqui um feito histórico do senhor Presidente da Câmara, Jorge Vala, que será trazer a Porto de Mós, o senhor Presidente da ANACOM, entidade reguladora, como está previsto para dia 1 de julho, o que nunca aconteceu no passado. Sim, porque este problema, infelizmente não é de agora. Hoje está mais visível devido à pandemia e ao novo paradigma da escola, adaptada à nova realidade. Porque não basta fazer anúncios de preocupação ou de solidariedade. É preciso mesmo arregaçar as mangas e para isso temos tido o nosso Presidente na linha da frente e é justo que isso seja*-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reconhecido. Mas o que tem de haver, é uma intervenção do Governo central, liderado pelo PS, que tem assobiado para o lado, no passado e no presente. Apesar de ter criado um Ministério da Coesão Territorial, nada tem feito pelo interior, mas temos a promessa da Ministra, de que todas as escolas do País terão banda larga, no próximo ano letivo. Mas ainda não passa disso mesmo: de uma promessa. Por isso, não devemos baixar a guarda e o senhor Presidente continua por esse caminho proactivo. Quanto à saúde, esse problema já tem barbas. E tudo tem sido feito para resolver o assunto. O PSD, ainda ontem questionou a senhora Ministra da Saúde sobre a falta de médicos de família na freguesia de Mira de Aire e na União de Freguesias de Arrimal e Mendiga. Se dependesse do Presidente da Câmara, Jorge Vala, esse assunto, há muito estaria resolvido, mas não depende. Infelizmente, é recorrente e transversal a várias freguesias, em vários momentos, não existir médico de família, e todos, aqui dentro, sabemos que a sua existência depende em primeira linha da vontade, disponibilidade de profissionais de saúde, para criar uma outra USF, atendendo a que o processo até já está adiantado, e em ultima linha, do Governo do Partido Socialista, que curiosamente, o Ministério da tutela, tem o Secretário de Estado do nosso distrito e que conhece bem a realidade. Mais uma vez, o Presidente da Câmara, Jorge Vala, não está de braços cruzados. Também não posso ficar calada perante injustiças e inverdades que às vezes vêm a público. Por isso tenho aqui de referir que o Governo central, tem previsto fazer uma intervenção nas escolas que têm amianto, no nosso País, em 528 escolas, utilizando fundos comunitários, servindo assim para revitalizar a economia. Agora o que não se pode dizer, e muito menos escrever, e faltar à verdade, é anunciar inverdades, pois quem tem pressionado o Governo, não é o PS, quem colocou na agenda a requalificação das escolas com amianto, foi o PSD. Vou-me escusar a lembrar aqui com pormenores, qual foi a primeira decisão do executivo socialista em 2005: demolir a obra que estava na rotunda da Igreja de S. Pedro, e assim gastar milhares de euros aos contribuintes por mero capricho pessoal. Decidir e tomar decisões, não é destruir o trabalho feito. É fazer escolhas políticas e seguir o programa eleitoral que ganhou as eleições. É traçar o destino, projetando o futuro. No passado, no presente e no futuro, serei sempre uma defensora dos mais vulneráveis, lutarei para combater a desigualdade e a injustiça, e por isso, senhor Presidente, deixando de lado outras questões, cujo ruído é divulgado na comunicação social ou nas redes sociais, quero aqui perguntar-lhe o que aconteceu à loja social. Apenas foi deslocalizada e perdeu o nome? Continua a Câmara Municipal a apoiar os mais desfavorecidos? Quantas famílias apoia? Aumentou ou diminuiu o número de apoios? Como é hoje realizada essa função social?-----  
-----Senhor Presidente, o PSD tem estado atento ao tempo em que vivemos. Neste tempo, é de elementar justiça dizer a verdade. E dizer a verdade, é dizer-lhe que o senhor Presidente assumiu, e é reconhecido, aqui e além, como grande homem e grande líder que é, que se centra nos problemas dos portomosenses, que abraçou este tempo como sendo a sua maior missão como político. O senhor Presidente fala verdade quando se dirige aos portomosenses, enquanto o Partido socialista falta à verdade nos anúncios que faz. Este é o tempo em que, todas e todos, fomos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

convocados para construir um concelho mais justo, mais desenvolvido e mais coeso. O executivo do PSD, na Câmara Municipal de Porto de Mós, liderado por Jorge Vala, demonstrou estar à altura das adversidades, para além de exercer com competência a sua função, demonstrou arrojo e coragem na forma como não vacilou nas medidas tomadas, transmitindo sempre, com transparência e responsabilidade, a tranquilidade possível aos munícipes, num período tão delicado. Não vou aqui fazer uma análise comparativa com outras crises, e não vou elencar as medidas que foram tomadas. Outros o farão. Independentemente do tipo de oposição que possa existir, proactiva ou destrutiva, não temos dúvidas que o executivo do PSD, continuará focado em investir nas pessoas e no seu bem-estar económico e social. Esse é o ADN da social-democracia e a matriz do nosso Presidente Jorge Vala. Termino, e passo a ler à Assembleia Municipal, um voto de louvor, proposto pelos deputados do PSD:-----

### -----VOTO DE LOUVOR-----

-----Este é um tempo de exceção, e num tempo de exceção, são necessárias medidas excepcionais, realizadas por pessoas ímpares e inexecedíveis. Este é um tempo pelo qual nenhum de nós passou, que colocou e coloca em causa a saúde pública e também a economia.-----

-----Apesar de já ter decorrido um longo período, esta crise ainda não terminou e para a controlarmos, todos e cada um de nós tem de fazer o que estiver ao seu alcance para minimizar os seus efeitos.-----

-----Mas neste tempo, desde logo se destacaram aqueles a quem podemos apelidar de nossos heróis, os profissionais de saúde, os bombeiros voluntários, as forças de segurança, os profissionais e voluntários da economia social e todos aqueles que, na linha da frente, ou numa segunda linha, permitiram que os serviços básicos fossem garantidos, desde a alimentação à recolha do lixo, desde a construção à limpeza, desde os serviços públicos aos serviços privados, etc.,etc.,etc. -----

-----Mas assumiram também um papel preponderante, essencial e determinante, os nossos autarcas na superação desta crise.-----

-----E por último, mas não em último, pilotou o leme deste navio, que navegou em águas revoltas, mas que, com responsabilidade e transparência, nos transmitiu confiança, nos motivou e serenou, nos falou com verdade, aplicou as medidas certas no tempo exato e nos continua a transmitir a esperança de chegarmos a bom porto, como só os grandes líderes sabem fazer, esse sem dúvida é o nosso Presidente Jorge Vala.-----

-----Assim, os deputados municipais abaixo assinados, propõem que seja aprovado um voto de louvor:-----

-----Aos profissionais de saúde, aos bombeiros voluntários, às forças de segurança, a todos os profissionais privados e públicos que asseguraram as necessidades básicas, aos nossos autarcas e ao Presidente da Câmara Municipal, Jorge Vala.-----

-----Porto de Mós, 26 de junho de 2020 (Os Deputados Municipais do PSD)-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Presidente da Assembleia, passou então a pôr a votação o Voto de Louvor proposto e acima transcrito, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira – (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):-**

-----Cumprimentando todos os presentes, começou por referir que o tema que o leva a intervir é mais uma vez o problema de saúde com que a sua freguesia se debate e que foi há pouco aqui comentado. “Quer na Constituição da Republica Portuguesa, quer nas competências das entidades intermunicipais, quer nas atribuições e competências das autarquias (municípios e freguesias) está contemplado o direito à saúde. Diz a Constituição da Republica Portuguesa, que todos tem direito à proteção da saúde e o dever de a defender e de a promover. Diz ainda que o direito à proteção da saúde é realizado através de um serviço de saúde universal e geral. Para assegurar o direito à proteção da saúde, cumpre, prioritariamente ao Estado, garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e reabilitação, garantir ainda uma cobertura funcional a todo o País, com recursos humanos em unidades de saúde. É óbvio que depois, o que resta para as comunidades intermunicipais, para os municípios e para as juntas de freguesia, são competências residuais que, com certeza não serão descuradas por estes órgãos institucionais. A Wikipédia, diz que “o *médico de família é a denominação pela qual é habitualmente conhecido o médico especialista em atenção primária, para tal é necessário ampla capacitação em diversas áreas da Medicina*”. E qual é a importância do médico de família? O médico de família é importante porque conhece o historial clínico das famílias que assiste, criando assim uma relação de confiança e proximidade com os utentes. Além disso, ou por isso mesmo, é aquele que ao longo dos anos deteta eventuais problemas de saúde, e claro, ajuda no seu tratamento e/ou prevenção, chegando mesmo a preocupar-se mais com os seus pacientes do que outros médicos que possam ser consultados esporadicamente, devido ao fator proximidade. Mas depois, vamos ver o caso de algumas freguesias do concelho, e vamos ver mais uma vez o que se passa na freguesia de Mira de Aire. O médico de família em Mira de Aire, segundo informações recolhidas no Posto de Saúde de Mira de Aire, relativamente ao terceiro ficheiro, e ao célebre primeiro ficheiro, tem elencados os seguintes médicos que passaram por ele: desde 2010, a Dr<sup>a</sup> Isabel Lima saiu para o INEM. Passou este ficheiro, alguns meses sem ninguém a tomar conta dele. Surgiu depois a Dr<sup>a</sup> Mónica, que sai para a USF de Pedreiras. Depois vem o Dr. Emanuel, o Dr. Tiago e a Dr<sup>a</sup> Sara que têm passagens breves por Mira de Aire, não chegando a sua permanência a um ano, cada um deles. Culmina em 2019, com a apresentação da Dr<sup>a</sup> Inês que deu consultas durante uma semana, e depois, entrou de baixa médica. Estamos em meados de 2020 e o que vemos? Dois médicos. Um deles, coordenador da USCP de Porto de Mós que vai dando o cuidado possível as seus ficheiros e um apoio diminuto aos utentes do terceiro ficheiro. Nas férias que se avizinham, iremos ter um médico que terá que dar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atenção a três ficheiros. É óbvio que não tem capacidade de o fazer e que irá dar mais atenção ao ficheiro que lhe pertence, e que todos os outros utentes irão ficar sem apoio. Em Mira de Aire, para complicar ainda mais as coisas, quem se dirigiu ao Centro de Saúde, e foi aconselhado a ir para Porto de Mós, não tem qualquer tipo de transporte público, não sabendo o que se passa com a carreira da rodoviária, pedindo ao senhor Presidente Câmara que o esclarecesse se pudesse. Onde param as vagas para atendimento na USCP para as pessoas que não têm médico de família, nomeadamente em Mira de Aire e nas outras freguesias? Pese embora o envolvimento do senhor Presidente da Câmara e da senhora Vereadora com o Pelouro da Saúde, o interesse e acompanhamento por parte da senhora Presidente da Assembleia Municipal, lanço o repto, para que, hoje, saia daqui uma posição formal por parte desta Assembleia, condenando o abandono, a que parte da população do concelho de Porto de Mós, está confinada, no que diz respeito aos cuidados de saúde, dando conta desta revolta ao senhor Presidente da República, ao senhor Presidente da Assembleia da República, ao senhor Primeiro Ministro, à senhora Ministra da Saúde, aos grupos parlamentares, entidades de saúde, etc. É óbvio, e tem sido discutido sobejamente, nas reuniões com o senhor Presidente da Câmara, que a Câmara Municipal e o seu Presidente não têm qualquer tipo de intervenção na gestão dos médicos que existem na USCP de Porto de Mós, mas cabe-nos a nós autarcas, Presidentes de Junta e Presidente da Câmara e também a esta Assembleia, não deixar cair isto no chão". Continuou dizendo que ele próprio é um dos utentes do terceiro ficheiro. Grosso modo, disse ainda, que desde 2010 não tem médico de família ou então, só tem quando lhes apetece – porque é sempre o mesmo ficheiro a ser penalizado. Terminou dizendo que é esta a situação médica que se vive em Mira de Aire.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):-**

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que começaria por agradecer ao senhor Presidente da Câmara a colaboração relativamente à equipa dos sapadores, pois trata-se de uma mais-valia não só para Serro Ventoso mas para todo o concelho. Em segundo lugar, disse, relativamente à internet para os meninos das escolas, que este é um problema já muito antigo, tendo sido já envidados muitos esforços no sentido de arranjar solução para este problema e nunca tendo sido possível resolvê-lo a contento. Com a pandemia, este problema assumiu outra dimensão e pode ser que agora se resolva. Agradeceu também a Tiago Rei, Presidente da Freguesia de S. Bento, que mandou cartas para o Presidente da República, para os Grupos Parlamentares e para o Primeiro-Ministro, dizendo que gostou de ver, por oportunismo ou não, alguns deputados na Assembleia da República a questionarem o Presidente da ANACOM. Ainda sobre este assunto, disse que recebeu cartas dos miúdos da sua freguesia de que faz entrega à senhora Presidente da Assembleia, para que sejam enviadas ao senhor Presidente da República, conforme pedido dos meninos, pedindo ainda que sejam registadas com aviso de receção.-----

-----Deu ainda os parabéns ao município pela candidatura dos muros de pedra seca às Sete

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maravilhas da Cultura Popular. Vários Presidentes de Junta e alguns fora do concelho criaram uma página no facebook para apoiar a candidatura, estando todos disponíveis para trabalhar no mesmo sentido. Disse depois que queria perguntar ao executivo, onde irão ser feitas as gravações para os programas dos muros de pedra seca. Se é junto dos muros que ganharam a candidatura e que têm mais de cem anos, ou se é junto de muros que têm um ano ou seis meses, porque acha que há aqui uma oportunidade de fazer uma grande homenagem aos bisavós, avós e pais, que muito suor, deixaram nesses muros de pedra seca.-----

-----Continuou depois dizendo que, numa reunião, lhes foi apresentado um projeto dos percursos pedestres e hoje já estão a fazer marcações desses percursos nas suas freguesias sem dizer nada aos Presidentes de Junta. Quando se vai fazer uma obra numa freguesia, acha que os Presidentes devem ser informados, antes de irem para o local. Perguntou ainda porque é que os Presidentes de Junta não foram consultados sobre os próprios percursos pedestres, não sabendo assim onde eles passam, e querendo saber porque é que não lhes foi pedida opinião sobre a sua rota. As próprias placas de marcação têm o símbolo do Município de Porto de Mós, o símbolo da empresa que está a fazer os trabalhos, o símbolo do Parque Natural, mas o símbolo da Freguesia não está lá, achando que ficava bem que constasse o símbolo de cada freguesia que o percurso atravessa. Ainda sobre os percursos, disse que à entrada da Ecopista, na Bezerra, fizeram uma parede, com caixas para a eletricidade e não disseram nada a ninguém. Foi surpreendido por alguns fregueses que lhe perguntaram que parede era aquela, ficando sem saber que dizer. Agora já sabe que essa construção tinha a ver com um projeto que havia para a Ecopista, que ficou sem efeito, tendo a parede já sido demolida. Mas teria sido importante informar o Presidente da Junta dos trabalhos que ali se pretendiam fazer, atendendo que se trata do território da sua freguesia. Ainda quanto à Ecopista, fez referência à polémica do túnel, perguntando ao executivo, se a empresa que fez este arranjo do túnel, passou alguma declaração a dizer que está eliminado o risco do túnel ruir. Isto é que é importante saber, porque se havia probabilidades de o túnel ruir, importa saber se esse problema está ou não sanado. Se o túnel estava em risco de ruir, só havia dois tipos de intervenções para impedir que isso acontecesse, e nenhuma delas foi feita, pelo que não acredita que a empresa tenha passado essa declaração. Continuou depois, perguntando sobre o Miradouro de Chão das Pias que foi uma obra apresentada, faz agora um ano, no S. Pedro, com fotografias. A Câmara já tem os projetos e as medições pelo que perguntou quando é que a mesma vai avançar. Para terminar, abordou o tema Covid 19, dando os parabéns ao município pelas cem mil mascaradas que disponibilizou a todos os munícipes, considerando ser uma mais-valia para o concelho. Disse ainda que só a partir de um mês de confinamento é que, nos comunicados, se passou a falar das freguesias, tendo sido trinta dias que as freguesias estiveram esquecidas, e também, no final, com o comunicado 75, em 31 de maio, ficou triste porque se agradeceu a toda a gente com exceção dos Presidentes de Junta. Sobre isto disse ainda que não tem qualquer problema em ajudar, sejam os profissionais de saúde, seja quem for, e também não tem qualquer

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema em ser responsabilizado por isso. Referiu que ainda no dia 23 recebeu uma carta da ARS a agradecer-lhe por isso mesmo. Por vezes aquelas pessoas, de quem se diz que não valem nada, são as primeiras a dizer presente nestas situações, disse, deixando à consideração dos presentes estas palavras.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Iniciou a sua intervenção dizendo que se congratula por estarem todos aqui com saúde. Depois perguntou relativamente à questão do canil, qual o ponto de situação, pois continua a ver muitos animais abandonados. Desafiou depois o município a lançar uma campanha de captura e esterilização dos animais abandonados, e depois a devolução à sociedade desses mesmos animais. Relativamente às comunicações referiu que a sua freguesia tem esse problema há muitos anos e acha que se não remarem todos juntos, não vai valer a pena. Considera que a vinda ao concelho de alguém com responsabilidades é uma mais-valia, devendo aproveitar-se de forma a mostrar o que não está bem no concelho, para que se possam colher alguns frutos. Este é um problema que não vem de agora e também não se vai resolver para a semana. São infraestruturas de grandes investimentos e provavelmente têm sido priorizados noutros locais. Quanto às associações e à comissão que vai ser constituída, chama a atenção para ver até onde se pode chegar com essa ajuda, pois as associações viram-se privadas de muitos eventos que lhe trariam algum retorno financeiro. Congratulou-se depois com o esforço feito pelo município nesta situação de pandemia e também pelos seus congéneres Presidentes de Junta, particularmente Carlos Cordeiro, que esteve sempre disponível para ajudar. Disse não se ter sentido sozinho nesta tarefa, agradecendo ao executivo e aos colegas, pelo espírito de entreatajuda. No que se refere às condições de saúde e também ao médico de família, disse que muitas vezes se fala de falta de recursos, mas que pensa que por vezes é na organização desses recursos que as coisas não funcionam bem. Em determinada altura, com um pouco mais de organização, com os mesmos meios, se calhar poder-se-ia chegar mais longe e atender mais pessoas, pois pensa que se está a cair numa situação, em que só tem direito a saúde, quem tem poder financeiro, não se podendo pactuar com essas coisas. Concordando com o Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, disse que tem que haver uma tomada de posição conjunta, porque o Alqueidão da Serra também não está bem. Tem um médico que esteve muito ligado ao Covid, e apenas passar receituário não é cuidar da saúde das pessoas. Assim disse apoiar Alcides Oliveira e Jorge Paulo Costa Carvalho no sentido de se tomar uma posição mais dura para a resolução do problema. No que se refere à desertificação das aldeias, disse que deveriam ser arrançados incentivos que levem as pessoas a fixarem-se nessas aldeias. Disse ter lançado esse repto aqui, há umas sessões atrás. Algo que beneficie essas pessoas, algo semelhante à ARU de Porto de Mós ou de Mira de Aire, mas que chegue às aldeias. Por outro lado, desincentivar quem tem prédios rústicos ou urbanos e que não está a cuidar minimamente

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deles e que ainda impede a entrada de novas pessoas na comunidade, pedindo preços exorbitantes sobre esses prédios.-----

-----**Tiago Manuel da Costa Rei (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – PSD):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes, deu os parabéns a todos pela candidatura às *7 Maravilhas da Cultura Popular* dos muros de pedra seca. Deu ainda os parabéns ao município e a todos os Presidentes de Junta pela forma como lidaram com esta nova realidade imposta pelo Covid 19. Ninguém estava preparado para as mudanças que se sucederam. Uma dessas alterações tem a ver com o encerramento das escolas e com as aulas ministradas através de plataformas digitais ao que acresce a falta de rede móvel e de internet, o que no caso da sua freguesia, não o permitia. As crianças e jovens, tiveram de sair das suas casas para poderem aceder à internet e assim poderem ter aulas. A Junta de Freguesia de S. Bento, desde o ano passado que se vem a preocupar com esta situação, a falta de igualdade de oportunidades das crianças de S. Bento, pelo facto de estarem privadas desse acesso à internet e a impossibilidade de fazerem os trabalhos escolares, e de fazerem pesquisas sobre os assuntos relacionados com esses trabalhos. O que a Junta de Freguesia fez, foi aproveitar o Dia Internacional dos Direitos da Criança, dia 20 de novembro de 2019, e enviar *e-mails*, de forma a sensibilizar para estes assuntos tão graves para o futuro das crianças da freguesia. Dirigiram cartas à Assembleia da Republica e Ministros sobre a falta de infraestruturas, deixando crianças em desvantagem no acesso às plataformas digitais da escola *on-line*. Foi enviado a Sua Excelência o Senhor Presidente da Republica, por correio registado e aviso de receção, Assembleia da Republica, Primeiro Ministro, Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos e Liberdades, Comissão de Educação e Ciências, Juventude e Desporto, Ministério da Educação. Convidaram a Embaixadora da Boa Vontade do Fundo das Nações Unidas para a População, Catarina Furtado, tendo ela abraçado de imediato a causa. Responderam até agora do Gabinete do Primeiro Ministro, a encaminhar a carta para o Gabinete do Ministro de Estado e Economia e da Transição Digital. Resposta do Gabinete da Assembleia da Republica, informando que o ofício foi encaminhado para os senhores deputados da Comissão Económica, Inovação, Obras Publicas e Habitação, Comissão da Educação, Ciência e Juventude e Desporto bem como aos Grupos Parlamentares, aos deputados únicos, representantes de um partido e à deputada não inscrita. Resposta da Secretária Geral da Presidência da Republica. E isto foi em 3 de junho de 2020. Enviaram um ofício a informar, que sendo um assunto do Governo, enviariam uma cópia para o Gabinete do Ministro. O deputado eleito por Leiria, Ricardo Vicente, esteve na freguesia de S. Bento, tendo sido discutida a falta de cobertura da rede móvel em grande parte do território, prejudicando o acesso ao ensino de centenas de crianças e reforçando a desigualdade, em tempos de pandemia. Enfatizou que até agora foi o único. Agradeceu ainda o apoio que lhe foi dado por cidadãos de dentro e de fora do concelho. Referiu-se depois à falta de médicos de que aqui já se falou hoje, dizendo que talvez não se saiba, mas hoje, S. Bento, debate-se também com

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esse problema, pois o médico de Serro Ventoso desloca-se a S. Bento, apenas uma vez por semana.-----

-----**Jorge Paulo Costa Carvalho (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga – PS):**-----

-----Cumprimentando todos, disse depois que não se iria alongar muito dado que muito do que queria dizer já foi referido pelos anteriores intervenientes. No entanto, não pode deixar de dizer, que a sua freguesia Arrimal e Mendiga, com um ficheiro de 1784 utentes, não tem médico, querendo perguntar ao senhor Presidente da Câmara e à senhora Vereadora com o Pelouro da Saúde, como é que as coisas estão porque a Junta de Freguesia mandou uma carta para o ACES de Leiria porque a senhora Diretora não quer falar com ele, tendo-o mandado falar com o senhor Presidente da Câmara. Disse depois, dirigindo-se à senhora Presidente da Assembleia Municipal que tem aqui umas cartas dos meninos da sua freguesia, que não têm internet, para que sejam enviadas ao senhor Presidente da República, tais como as cartas dos meninos das freguesias de Serro Ventoso e de S. Bento. Disse depois que queria também dizer uma coisa que os seus colegas também já disseram e que sendo esta Assembleia é o órgão com mais poder neste concelho, deveria agarrar estas causas e não as deixar cair. Disse depois que queria agradecer ao município a forma como tem trabalhado com as Juntas de Freguesias nesta questão do Covid 19.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, usando da palavra disse que as cartas dos meninos das três freguesias seriam enviadas a Sua Excelência o Senhor Presidente da República.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara, agradecendo as palavras da senhora deputada Olga Silvestre e dizendo que estes assuntos são transversais, tal como o da *internet*, e que já o explicou. A questão da saúde, que foi questionada pelos senhores Presidentes de Junta de Mira de Aire, de Alqueidão da Serra, de S. Bento e de Arrimal e Mendiga, é um assunto que o preocupa muito. Talvez dos temas mais complexos, mais difíceis de gerir e sobretudo, mais difíceis de ter resposta. Ao longo destes tempos, disse que tem tentado das mais variadas formas obter resultados, porque é para isso que tem de trabalhar. Os resultados, dependem muito, neste caso, de vontades. No que diz respeito à organização de recursos, se não houver vontade dos profissionais que localmente coordenam a saúde, dificilmente se obterão resultados no imediato. Até porque a coordenação, aqui, da USCP de Porto de Mós, não aprecia, particularmente, as propostas ou sugestões que o Município vai dando. As propostas e sugestões que o Município vai dando, são aquelas que respondem às necessidades que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal e Mendiga acabou de dizer, ou daquelas de que falaram os senhores Presidentes de Junta de Alqueidão da Serra, de Mira de Aire e de S. Bento e que são no fundo, as preocupações de todos. O senhor Presidente da Junta de Arrimal e Mendiga não o referiu, mas

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também não tem enfermeiro, bem como não tem administrativo, não se conseguindo, sequer, perceber porquê, porque é que isto acontece. E depois, continuou dizendo que é tudo muito difícil no que diz respeito ao diálogo. O Município é uma entidade que respeita muito os cidadãos. Vão começar na próxima semana, obras de fundo na extensão de saúde de Mira de Aire, mas ainda assim continua a ter respostas muito frias, muito pouco sugestivas no que diz respeito ao que é mais importante, que é a resolução daqueles problemas. Efetivamente teve aqui lugar uma reunião com a Dr<sup>a</sup> Delfina, enquanto diretora do ACES Pinhal Litoral, a primeira, nas suas novas funções, que veio a Porto de Mós com a sua equipa, onde foram abordados estes temas, mas a resposta acerca desta problemática da falta de médicos, não lhe agradou enquanto Presidente da Câmara. Mais uma vez, as respostas fazem-lhe lembrar as que teve no passado recente, de que a problemática de falta de médicos no concelho de Porto de Mós, será resolvida com os concursos. A resolução com os concursos, tem aqui duas vertentes, primeiro é o concurso das mobilidades, que são os que saem, e depois, é o concurso que é aberto para profissionais. Efetivamente, a nova coordenadora tem razão numa coisa, em todos os concursos, Porto de Mós tem vindo a ser contemplado, sendo que as pessoas não têm vontade de cá ficar e três meses depois de estarem colocados no concelho, estão a meter os papéis para a mobilidade. Ora isto é dramático para a população, muitas vezes idosa. Em Arrimal e Mendiga está a falar-se de um ficheiro de cerca de 1700 pessoas, mas com as unidades ponderadas, chega quase às 2300. O ficheiro de Mira de Aire é um ficheiro completo. E portanto está a falar-se de uma resposta a uma população, que além de necessitar muito de apoio, não se tem obtido o retorno necessário para que se possa ter médico. Este é um problema do concelho, e não deste ou daquele partido. Anteriormente estivemos unidos, disse, quando chegámos ao fim da linha. Infelizmente, quando partimos para ações mais determinadas, tivemos resposta. Já não foi preciso concurso, tivemos médicos. Tivemos durante algum tempo, o quadro de 11 médicos completo, com 11 enfermeiros e com as coisas a correr razoavelmente. O problema é quando os profissionais de saúde, dão o passo seguinte, de interação com os ficheiros e começam a conhecer as pessoas, já sabem que têm os papéis metidos e vão-se embora. Ao Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal e Mendiga, disse que ainda não obteve resposta ao pedido de reunião. O senhor Presidente de Junta não o disse, referiu, mas pediu uma reunião com a senhora Diretora do ACES, que lhe respondeu a dizer que não reunia com Presidentes de Junta, mas sim com Presidentes de Câmara. Ele transmitiu-lhe este facto e de imediato a Câmara Municipal pediu uma reunião com a presença do seu Presidente, do senhor Presidente de Junta e da senhora Vereadora com o Pelouro da Saúde, com a senhora Coordenadora do ACES Pinhal Litoral, continuando a aguardar a marcação, para tentar saber se é passível de obter uma resposta que vá ao encontro destas necessidades ou se se tem, de, hierarquicamente, procurar respostas noutro lado. Sempre foi seu entendimento e dos Presidentes de Junta, que este processo deve ter um percurso normal em termos de hierarquia. Para ter um percurso normal o senhor Presidente de Junta e o executivo da Câmara, também, já reuniu com o coordenador da USCP de Porto de Mós,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estando a agora a aguardar a reunião com a senhora Coordenadora do ACES, para depois se passar, se necessário, ao patamar seguinte. -----

-----Sobre a loja social, disse que o município de Porto de Mós tem uma perspetiva um pouco diferente. Desde o início que se adotou o princípio de que a ação social tem de ser de proximidade e de preferência, invisível. O que acontecia na loja social, era que o espaço era em Porto de Mós e servia todo o concelho. Quem precisava, ia ao espaço uma vez por mês, abastecer-se. Quando este executivo tomou posse, eram apoiados cerca de trinta agregados familiares. Mesmo antes da pandemia, a realidade era outra. Foram acomodados todos aqueles que estavam a ser apoiados na loja social e foi feito um acordo com as conferências e grupos socio-caritativos que em conjunto com o gabinete de apoio às famílias e o FEAC prestam esse apoio. Neste momento, estão a ser apoiados 192 agregados, que correspondem a 531 pessoas, através das conferências. As conferências recebem os bens alimentares. A Câmara Municipal é parceira e arranja um pacote de produtos frescos, fornecendo peixe, carne, fruta e legumes, para além dos produtos secos que já eram fornecidos. As conferências fazem essa distribuição pelos agregados, em todo o concelho. Portanto, está a ser feito exatamente aquilo que deve ser feito, respeitando a proximidade e preferencialmente, que seja invisível. Existem alguns exemplos extraordinários de pobreza encoberta, referenciados na sua maioria, pelos senhores Presidentes de Junta, com contactos muito sigilosos, porque as pessoas não querem que se saiba. E estas pessoas têm de ser ajudadas, porque efetivamente, estas pessoas nunca iriam de carrinho de compras à loja social e a prova disso, é que ao longo dos anos, a loja social foi decaindo relativamente ao apoio solicitado. Existem também 83 pessoas no FEAC, cantina social, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, que faz, em muitas situações, a ponte com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e também com as conferências. E depois, o município, neste momento, porque se está numa fase de integração de reforço do FEAC, e estas famílias estão com problemas graves, está a apoiar 44 famílias, que correspondem a 105 pessoas. Isto quer dizer que, neste momento apoiamos 309 agregados e 842 pessoas. Estes números são um pouco superiores ao início do ano, mas já nessa altura era dado um apoio muito significativo, muito para além daquilo que era a loja social. Por isso, temos bem a consciência, de que a ação social não se faz nunca, através de bandeiras. Faz-se sempre a partir de princípios de planeamento e organização, de cadeias que estão criadas, e sobretudo, do apoio a quem mais precisa.-----

-----Sobre as escolas com amianto, disse que para a Câmara Municipal de Porto de Mós, estas 528 escolas que vão ser contempladas com a retirada de amianto, sabe a pouquinho, porque aquilo que vai ser feito, é substituir as coberturas e não vão fazer mais nada, tendo sido já dito pelo Secretário de Estado que não é agora o tempo para iniciar esses procedimentos. Continuou dizendo que fomos contemplados porque o País tem um compromisso com a Europa, para retirar o amianto até final do ano. Este compromisso é de 2012 e só agora, chegados ao final do ano de 2020, é que se lembraram disso. Esta obra vai ser financiada a 100%. O que é pedido é a assinatura

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de um protocolo para que os municípios sejam os donos da obra, transferindo o estado o valor equivalente ao valor do custo desta obra. Estas obras consomem fundos comunitários de que se tinha a expectativa de utilizar para algumas obras específicas e que no fundo vai generalizar as tais 528 escolas. Disse ainda não estar particularmente feliz com esta intervenção, que sendo necessária, vai continuar com a escola sem condições de climatização, de segurança, com dificuldade de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida e sem capacidade para poder acomodar o 2º ciclo, que era a sua grande ambição. Vamos contribuir para que o País fique sem amianto, mas da sua parte, não merece que se embandeire em arco.-----

-----Ao Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, disse que sobre a questão dos médicos já respondeu e sobre o autocarro, respondeu que a empresa que tem as linhas da rede pública de transportes, descontinuou, por força do *lay-off*, a maioria delas, fazendo apenas os serviços mínimos, e neste momento está na CIM para análise, prevendo-se que a partir de 1 julho já se poderão ter estas linhas, com um reforço dos serviços mínimos. A proposta que a Câmara fez, de reforço dos serviços mínimos, foi na linha de Mira de Aire/Porto de Mós, outra é na linha S. Bento /Porto de Mós, outra ainda, Calvaria/ Juncal /Porto de Mós e finalmente a de Valverde/Porto de Mós. Estas quatro linhas foram as propostas e passarão a ter horário igual, todos os cinco dias da semana, para poder servir estas populações. Sobre a questão da equipa de sapadores, está a ser ultimada, sendo sua intenção que avance o mais rápido possível, até porque a própria ADSAICA fez uma revisão aos equipamentos. Sobre a internet, os passos que estão a ser dados são os que já referiu. Acerca da questão das 7 Maravilhas e da candidatura aos muros de pedra seca, o senhor Vereador Eduardo Amaral pode dar aqui mais uma achega, no entanto aproveita para dizer que a partir de domingo, a RTP1 vai divulgar todos os números das candidaturas e a partir de segunda feira, poder-se-á começar a dinamizar as votações. A candidatura é de Porto de Mós, é do distrito de Leiria, mas os muros de pedra seca são algo que é transversal a todo o território do maciço calcário estremenho. Disse ainda que a fotografia que apareceu no jornal O Portomosense, foi propositada, pois queriam-se apresentar pessoas que ainda estivessem a fazer muros. É algo que ainda se faz, e queria-se afirmar que para além das belezas naturais que existem neste território, apesar disso, ainda se fazem muros de pedra seca. No que respeita ao miradouro do Chão das Pias, disse que receberam há quinze dias o parecer do ICNF, estando agora na fase de preparação do concurso.-----

-----À questão que foi levantada por Filipe Batista sobre o canil, disse que está a ser preparado em várias frentes, e que só em 31 de junho é que se conseguiu um profissional, que foi quem fez a lista para aquisição dos equipamentos e sua instalação. Entretanto foi adjudicado o muro, mas este não conflitua com o início da atividade, estando este assunto a ser acompanhado pelo senhor Vereador Eduardo Amaral.-----

-----Sobre a internet referiu ainda que além da visita do senhor Presidente da ANACOM, terá na próxima semana uma reunião com o senhor Presidente da Altice, que irá apresentar o plano de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimentos a ser feito no concelho em 2020/2021. Depois disso, dará o retorno aos senhores Presidentes de Junta, para se perceber se as respostas são condizentes com a vontade e necessidades de cada um, ou se se têm de tomar outro tipo de ações, porque este é um tema prioritário que não se pode perder de vista.-----

-----Passou depois a palavra ao senhor Vereador Amaral para responder a Carlos Cordeiro, sobre a marcação dos percursos pedestres e do túnel da ecopista.-----

-----No uso da palavra, o senhor Vereador Eduardo Amaral iniciou a sua intervenção falando sobre os muros de pedra seca, referindo que se procurou saber quem foram os académicos que tinham escrito sobre os muros de pedra e convidá-los a ajudar a construir uma maior sedimentação, para além da memória que possa existir. O executivo pediu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento que lhe indicasse alguém que ainda fizesse os muros de pedra, porque esta pode ser uma oportunidade geradora de emprego e de criação de negócio, dentro desta candidatura. Isso já foi feito com os pasteis de Mós e continuará a ser feito sempre que se consiga chegar a um sitio de visibilidade e promoção do concelho, nas mais variadas áreas que se sinta que pode acrescentar valor e a comunidade acredite que pode gerar receita, para além do património natural que existe. Relativamente aos percursos pedestres, o que tem a dizer é que os percursos, são os mesmos que existiam, sendo reformulados e levando sinalética nova, não havendo grande coisa a acrescentar. O que existe, realmente, é uma forma diferente de abordar o mesmo percurso. Disse ainda que acha que os percursos não devem andar só na serra, devendo passar dentro das comunidades, porque as pessoas que andam nestes circuitos, podem proporcionar que o próprio comércio e economia local sejam estimulados. Por isso foi feita esta reformulação, levando algumas variantes nalguns percursos, nomeadamente na Serra da Lua e do Caminho do Padre em S. Bento, porque se achou que poderia acrescentar valor. E tudo isto, só foi possível acontecer, porque os percursos existiam e o Parque Natural permitia que se andasse em cima dos percursos existentes, não podendo fazer grandes variações. Por isso é que foi uma ação concertada, o que não invalida que as próprias Juntas de Freguesia, por iniciativa própria, também possam promover percursos dentro do seu território. A sua ideia foi trazê-los para dentro das comunidades, criando pontos de entrada e a partir daí, podendo criar-se pontos de distribuição para todo o território, e cada freguesia certamente, terá a sua estratégia. A sinalética usada, é a sinalética que o Parque Natural obriga e que a Câmara também achou que seria a melhor. No que diz respeito aos percursos de BTT, disse que se foi recuperar um pouco uma ideia que o senhor Presidente da Junta já tinha, e que pelos vistos não foi possível implementar durante todo este tempo, tendo sido recuperados percursos que já estavam homologados na Federação, mas não estavam homologados no Parque Natural e tendo esses percursos sido trazidos para esta rede de BTT. Nesta primeira fase, são esses percursos que irão ser desenvolvidos, irão ter cores, conforme os níveis das pessoas e depois haverá outro tipo de percurso, que irão fazer ligações, pois existe uma estratégia, pois se existe um Centro de BTT na Pia do Urso, se existe em Alcanena e um outro que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possa surgir em Alcobaça, Porto de Mós não quer ser um corredor de passagem e quer ligar estes Centros todos, para que quem entre pelas várias portas, possa vir a Porto de Mós. Por isso, há percursos que irão ser marcados e há percursos que irão ser, simplesmente por GPS, porque o próprio Parque também não permite. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, disse ainda que, se teve oportunidade de ver nas placas, não existem lá apenas os percursos, mas também pontos de interesse e geo sítios, que foi uma outra forma de as pessoas poderem chegar às placas e ver que, para além do percurso podem descobrir novas coisas. E isto é evolutivo, e se viu a forma das placas, pode ver que o próprio poste e a forma como ela é agarrada, dá-lhe a possibilidade de ir acrescentando informação, e foi essa a sua estratégia.-----  
-----No que se refere ao túnel, e dirigindo-se a Carlos Cordeiro, disse que não sabe qual o conhecimento que tem e qual a forma como se deveria proceder para o recuperar. O que houve aqui, disse, foi uma avaliação dos técnicos municipais que davam conta de que o túnel não oferecia condições de segurança. Perante um conjunto de pessoas que lhe fizeram chegar ao conhecimento de que estavam a cair pedras, foi mandada fazer uma avaliação pelos técnicos que lhe reportaram que os primeiros 15 metros do túnel pequeno, tinham demasiadas fissuras e grandes escorrimentos de águas, que fazia com que o barro que agregava as pedras, se soltasse e elas caíssem. Acontecia o mesmo com o segundo túnel, no sentido da Bezerra, nos primeiros 15 metros. Perante isto, foram analisadas várias perspetivas e várias formas de como intervir. O que está a ser feito, neste momento é monitorizar aquela intervenção. Porque a proposta da empresa, era fazer uma malha de aço no seu total e encher de betão que era a única forma de que aquilo não caísse. Aí sim, o executivo concordou em não fazer porque não queria descaraterizar o espaço. Perante este cenário, houve uma reunião com essa empresa de geotecnia, que é uma empresa que tem feito alguns dos tuneis deste país, e que dava garantias de confiança, e a proposta apresentada foi, fazer o enchimento das fissuras, e esse não poderia ser feito com recurso a engenharia mecânica, porque não aguentava. Por isso é que os trabalhos tiveram de ser feitos daquela forma. Para além disso, teve de levar um conjunto de drenos, de forma a poder escoar as águas. Relativamente às obras, de que falou, disse que o que foi feito, e deve ter conhecimento disso, as guias laterais da ecopista, não funcionam, os leds que lá foram postos foram vandalizados e foram desaparecendo, e as placas de cimento são perigosas, não sendo o primeiro acidente que ali existe, havendo pessoas a bater com as bicicletas nas esquinas daquelas placas. Procurou-se então, ver aqui uma perspetiva, com microgeração de forma a poder iluminar o espaço. Recorremos aos serviços da Câmara, tendo colocado guias para poder introduzir os fios que eram necessários para poder experimentar, nomeadamente nas estações de visita, porque os próprios candeeiros não aguentavam, tendo desaparecido os painéis solares. Teve que ser feita essa experimentação, para ver as situações que eram exequíveis. -----

-----  
-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Iniciou a sua intervenção, depois de cumprimentar todos os presentes, dizendo que se estão a viver tempos conturbados na sociedade por via de toda esta situação de pandemia que já aqui foi referida. Ao longo das sessões desta Assembleia Municipal, a questão da Saúde tem sido amplamente discutida, nomeadamente no que se refere ao problema de falta de médicos por que passa o concelho de Porto de Mós. Disse depois que na última sessão da Assembleia Municipal, questionou o executivo, sobre se havia algumas novidades quanto ao desenvolvimento dessa situação, lamentando que mais uma vez tenha de trazer esta problemática à colação, pois todo este tempo de pandemia, veio intensificar a situação. Este é um dos momentos mais complexos, e quem está na área da saúde sabe disso, mas acredita que todos foram colocados à prova das mais diversas formas, não estando ninguém preparado para isso. Lembra que ainda não passou, continuando todos a adaptarem-se a uma nova realidade. Esta situação, sem dúvida que veio agravar as desigualdades entre as pessoas, tendo aqui sido faladas duas questões que lhe parecem básicas: a questão da educação, criando-se um fosso maior entre as crianças com desigualdades de oportunidades no acesso às plataformas digitais. Outra questão essencial é a Saúde. Também aqui as desigualdades relevam, havendo dentro do mesmo concelho diferentes acessos à Saúde. Assim gostaria de apresentar à Assembleia Municipal, uma vez que parece que se chegou a uma espiral sem respostas, sem sucesso, estando todos preocupados, uma moção para manifestar o total desagrado desta Assembleia Municipal com esta situação. Esta moção não foi concertada antecipadamente, até porque se trata de um assunto transversal a todas as forças partidárias com assento nesta Assembleia, tratando-se de uma situação urgente e emergente. Passou depois a ler a presente moção que a seguir se transcreve:-----

### -----MOÇÃO-----

-----Através desta moção, os deputados abaixo assinados, manifestam a sua preocupação com o facto de em pleno século XXI termos municípios neste concelho que continuam sem um dos cuidados essenciais, o acesso à saúde, ainda que, um dos pilares do programa do Governo Constitucional para a Saúde pretenda reduzir as desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde.-

-----No País, podemos assistir uma diferente evolução no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários, isto após a reforma dos mesmos, tendo surgido as primeiras Unidades de Saúde Familiar em 2007, porém chegamos a 2020 e é esta a realidade. Nos dias de hoje, observamos uma disparidade de realidades, sendo que, até mesmo no nosso concelho esta desigualdade é visível, visto que temos populações com uma boa vigilância do seu estado de saúde e outros sem acompanhamento. Conhecemos os esforços realizados ao longo dos anos, tanto pelo município como pelos membros desta assembleia municipal, pelos senhores Presidentes de Junta, pelos profissionais de saúde, e pela população, porém, a situação em alguns casos mantém-se na mesma e noutros, tem vindo a agravar-se. Temos consciência de que esse facto se prende com a inexistência de uma reorganização da UCSP de Porto de Mós, passando pelo desenvolvimento de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma USF, indo de encontro ao preconizado pela reforma dos CSP. Apesar de todos os esforços, mantemos este autentico atentado à igualdade no acesso aos cuidados de saúde.-----

-----Atualmente, não temos médico de família na freguesia de Mira de Aire e na União de freguesias de Arrimal e Mendiga, sendo que neste momento, também não se verifica a existência de enfermeiro, deixando esta comunidade desprovida de cuidados de saúde. Apesar de ainda recentemente o governo referir que nenhum cidadão está sem médico de família, sabemos que isso não é verdade, tendo a prova disso no nosso concelho. Mais uma vez, vimos a população de zonas com um índice de envelhecimento elevado, com grande dispersão a nível territorial, com necessidades de saúde exigentes e expressas a ser das mais afetadas, o que adensa ainda mais a questão. Têm surgido diferentes situações, ora por questões relacionadas com doença dos profissionais de saúde, por rescisão de contratos, entre outras, a verdade é que a população se mantém sem resposta. Independentemente da resposta, pretendemos que seja encontrada a melhor solução para esta lacuna que afeta gravemente a nossa comunidade e que esta seja tida o mais rapidamente possível. Além de manifestarmos a nossa revolta com a situação, voltamos a demonstrar a nossa disponibilidade para colaborar em tudo o que esteja ao nosso alcance, no entanto, não podemos compactuar com esta situação. O diagnóstico, está mais que delineado, tanto por parte dos locais, como ao nível da saúde, superiormente, por isso, neste momento, precisamos de soluções para a resolução do problema, que se criem condições para que o mesmo não se perpetue.-----

-----É inconcebível que os nossos munícipes não tenham acesso a cuidados de saúde, sem o seu médico de família ou o seu enfermeiro de família, pelo que o governo deve operacionalizar as diligencias que esta situação exige para que seja solucionada o mais breve quanto possível.-----

-----Assim, propomos que esta Assembleia Municipal aprove esta moção que demonstra a nossa mais profunda consternação e repudio pelo que ficou explanado. Propomos ainda que após a sua deliberação, e aprovação, a mesma seja enviada para a senhora Ministra da Saúde e para os senhores Deputados da Assembleia da Republica e também ao senhor Presidente da Republica.-----

-----Porto de Mós, 25 de junho de 2020. (Os Deputados Municipais do PSD) -----

-----Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, pôs a votação a presente moção, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presente, passou a referir, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que, há cerca de dois anos, este havia dito que não haveria mais eucaliptos no concelho de Porto de Mós. No Juncal, disse, plantam-se eucaliptos constantemente, coisa que não consegue entender. Em segundo lugar, referiu as distâncias de 50

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

metros e 100 metros de terrenos limpos, que os proprietários eram obrigados a guardar. O que acontece é que uns limpam e outros não limpam o que originou a revolta de algumas pessoas no Juncal. Em terceiro lugar, disse que, apesar do concelho ter três corporações de bombeiros, isso de pouco adianta dado que não existem estradões para que os carros se possam deslocar. Referiu ainda que a zona da Boieira, está mais ou menos mas se se for de Picamilho para a estrada dos Montes, ninguém consegue lá entrar. O mesmo se passa relativamente à zona da Boiça. Atendendo à época de fogos que se aproxima, pediu ao senhor Presidente que tome nota destas situações. Outra situação que o desagrada é o facto de as pessoas não quererem amansar os terrenos, limitando-se a arrancar pomares e olivais para plantarem pinheiros. Na qualidade de membro da direcção do lar do Juncal, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara a dádiva da água, mas é muito pouco, disse. Continuou referindo os custos que estas instituições têm, principalmente nesta época de pandemia, com equipamentos de protecção e desinfeção, entre outros, pedindo a atenção do senhor Presidente da Câmara para esta situação e a forma de poder colaborar com estas instituições, que estão, algumas, a passar um mau bocado.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que em primeiro lugar queria deixar uma palavra de apreço e consideração pelo senhor Almirante Vieira Matias, reiterando as palavras deixadas pelo PSD. Em nome do Partido Socialista, disse que queria expressar publicamente o reconhecimento pelo comportamento cívico que os portomosenses exibiram face ao período que nos assolou e continua a assolar. Também deixar um agradecimento em particular a todos quantos têm apoiado os munícipes, os profissionais de saúde, todos os autarcas, associações de bombeiros, forças da autoridade, IPSS's, funcionários municipais e demais intervenientes que deram uma resposta rápida e assertiva para tentar que as coisas continuem a fluir no bom sentido. Em nome do Partido Socialista, disse, que logo em março, teve a oportunidade de manifestar ao senhor Presidente da Câmara a sua disponibilidade, demonstrando-lhe toda a solidariedade desde o primeiro momento, apenas lamentando que ele não tenha considerado o facto de colocar os restantes vereadores no grupo de trabalho, para acompanhar o problema. Disse depois que ainda não conseguiu perceber onde é que está o plano municipal geral, que inclusivamente também foi solicitado pelo partido que representa, embora não manchando tudo o que tem vindo a ser feito, e considerando que este conjunto de esforços, tem resultado no bom sentido. De qualquer das formas, o Covid trouxe consigo uma alteração profunda à forma de viver e de conviver. Devem continuar a cumprir-se as recomendações da DGS, e o PS, propõe ao Município, em colaboração com o CMJ, que lance uma campanha de sensibilização junto dos mais jovens para que não se adotem os comportamentos de risco como se têm visto em alguns sítios, deixando essa sugestão. Desde o primeiro momento, tanto os vereadores como os deputados do Partido Socialista, apresentaram propostas concretas para minimizar o impacto social e económico da pandemia,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

neste concelho. Prova disso mesmo e do sentido de responsabilidade do Partido Socialista, ao contrário do que foi acusado pelo PSD, de oposição destrutiva, oposição construtiva é o que todos têm feito. Tanto os vereadores, como os deputados, têm dezenas de propostas apresentadas nas Assembleias Municipais e na Câmara o que considera oposição construtiva. Disse ainda existir aqui uma diferença, é que na democracia, vale a pluralidade, não sendo necessário estar-se sempre de acordo e não sendo por causa disso que o tipo de intervenção possa ser denegrida. Os pontos de vista ou coincidem ou não coincidem, apenas isso, ao contrário do comunicado que o PSD lançou esta semana no jornal, em que continua a criticar afirmando que o PS tem uma postura destrutiva. Sobre isso, basta ver todas as sugestões, iniciativas e propostas que o Partido Socialista apresentou ao fim de dois anos e meio, e verificarão que estão enganados. Para além de considerar uma postura lamentável do PSD, isso deve também ser fruto do nervosismo que o PSD está a atravessar, pois verifica-se ao fim de 2/3 do mandato, uma verdadeira ineficácia de execução. Considera que 2019, foi um ano perfeitamente normal, fixando-se a taxa de execução em cerca de 60%, esperando para ver o que acontecerá em 2020, por se tratar de um ano verdadeiramente atípico e bem mais difícil que o anterior, em termos de concretização das grandes opções do plano. A transição dos milhões, que foram muito bem publicitados por toda a comunicação regional, advém também daí, os milhões de euros transitaram de 2019 para 2020, por falta de execução. Disse ainda que não reconhece moral às considerações da senhora deputada Olga Silvestre, exigindo que reitere as duas declarações, porque mesmo em política se deve respeitar a idoneidade dos outros, e portanto, acusar o PS de falta de verdade, ou a senhora deputada retirar a acusação ou a concretiza, dizendo onde é que o PS faltou à verdade. Continuou dizendo que considera que em março se iniciou uma fase diferente de governação, tendo o PS dito ao executivo que aprovaria todas as medidas relacionadas com esta pandemia e assim aconteceu, provando-se mais uma vez toda a solidariedade e credibilidade daquilo que afirma. Em termos daquilo que tem sido feito, disse ter reclamado das políticas que o atual executivo camarário adotou, dando prioridade ao turismo, promoção de eventos, sinalética e espaços de visitação. Os recursos financeiros que estavam previstos para os eventos e festas canceladas, e os próprios recursos que não foram utilizados nas escolas que foram encerradas, acha que poderão ser um reforço para a área da solidariedade social, para a dinamização da economia local, que bem precisa, e apoio às instituições, como já foi aprovado, e muito bem, em reunião de Câmara, algum do dinheiro que estava previsto gastar nas Festas de S. Pedro, ser ali alocado. Esta semana teve a notícia que a TVI já não vem fazer o programa, pelo que são mais uns milhares de euros que podem ali ser alocados. Quanto ao movimento associativo, sendo os parceiros locais, os parceiros fundamentais de uma mudança e dinamização do concelho, tem que ser dada uma valorização especial, pois tal como o senhor deputado Santiago falou, as próprias ERPI's têm tido outro tipo de despesas que é necessário apoiar junto das próprias associações e IPSS's. Disse ainda que estas situações se vão agudizar, pelo que é importante estarmos todos atentos, reforçando a ação social e o apoio a todos os municípios. Por

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fim, disse, deixar uma palavra sobre a retirada do amianto das escolas, referindo a sua estupefação sobre a posição do PSD que acha que não devia, ou que isso não é bom, não conseguindo entender isso. O PS também sempre afirmou que é preciso ir mais além, trazendo os alunos da Corredoura para a Secundária de Porto de Mós, mas para um espaço de excelência, devendo-se continuar a insistir junto do Governo, para que isso aconteça, não abdicando a Câmara dessa exigência. Deixou por fim uma proposta de um voto de louvor do Partido Socialista, relativamente ao reconhecimento do espírito de missão, que entregou à senhora Presidente da Assembleia para submeter a votação, e que a seguir se transcreve:-----

### -----PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR DO PARTIDO SOCIALISTA-----

-----Os deputados do PS vêm por esta forma apresentar este voto de louvor e reconhecimento pelo espírito de missão, abnegação e sacrifício demonstrado para todos os profissionais de saúde, funcionários de IPSS e coletividades, bombeiros e forças de segurança, funcionários municipais e das juntas de freguesia pelo trabalho que têm vindo a demonstrar, durante esta crise de saúde pública. Incluímos ainda todos os empresários que fizeram doações às instituições do concelho, ajudando a suprimir carências imediatas. Através dos seus esforços coletivos, temos sido capazes de enfrentar a crise que atualmente atravessamos e que cremos que nos encontramos no bom caminho para uma resolução menos grave.-----

-----Considerando este esforço notável, e com reconhecidas vantagens para todos os municípios, propomos que a Assembleia Municipal apresente um voto publico de louvor e reconhecimento.-----

-----Porto de Mós, 26.06.2020. (David Miguel Feteira Salgueiro).-----

-----Depois da leitura da presente proposta de voto de louvor, pediu a palavra o senhor deputado **Antonio Manuel Sousa Pires (PSD)**, para dizer que esta moção e a que já foi apresentada pelo PSD, são na sua essência, similares, não fazendo sentido estar a votar-se duas moções iguais. Portanto o que propõe, é que as duas bancadas, arranjem um texto conjunto, que seja subscrito pelos deputados das duas bancadas. **David Salgueiro (PS)**, concordou que se elaborasse um documento conjunto que seria subscrito pelas bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, pelo que esta proposta não seria posta a votação.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD)**, usou da palavra em defesa da honra, dizendo que o senhor deputado David Salgueiro disse que queria que reiterasse o que disse, tendo ela dito que "reitero exatamente tudo o que disse". **David Salgueiro (PS)**, interveio dizendo que o que disse foi "retrate". **Olga Silvestre (PSD)** disse que reitera tudo o que disse, e não se retrata, porque tudo o que disse é a pura verdade. Continuou dizendo que "o senhor tem de ter mais respeito e mais cuidado nas expressões que usa e naquilo que diz."-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----  
-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que seria breve, começando por dizer que “ O mundo, os portugueses e os portomosenses, têm, sem sombra de dúvida, há três meses e meio, um drama nas suas vidas, sem solução à vista. Um problema, um flagelo social, que ninguém estava preparado e que ninguém está livre, infelizmente. Quando todos esperávamos que as coisas estavam bem encaminhadas, que o pior já tinha passado, corremos o risco de as coisas se voltarem a agravar, se não tivermos cuidado. Precisamos todos de estar muito atentos e cuidadosos nos movimentos diários que praticamos. Pensarmos em nós e nos outros. Apesar de ser um problema extremamente difícil, julgo que os nossos governantes estiveram à altura, para com rapidez e frieza, adotassem soluções que colmatassem muitos problemas das pessoas e das empresas, atingindo brutalmente a economia, mas focando-se mais nas pessoas e saúde pública. E para isso não teve oposição. Todos se concentraram em redor das medidas que eram e são necessárias, para combater com rapidez e maior eficiência, este drama social. Nem tão pouco, foi desviada a atenção pública com outras coisas menos importantes. Só a saúde interessava. Da mesma forma, também o nosso executivo, como responsável que é, fez o que tinha que fazer. Dedicar todos os seus esforços para cuidar dos portomosenses. Pessoas sempre em primeiro. Este sempre foi o seu lema. Diariamente a cuidar das pessoas, colocando todos os meios necessários, tanto pessoais como financeiros, para ajudar as pessoas e as empresas do nosso concelho. Aqui, ao contrário da atitude dos políticos nacionais, designadamente oposição, quando as pessoas estavam super preocupadas com o seu dia-a-dia, no seu espaço de confinados, foram bombardeados com outros assuntos sem grande relevância, tentativa de desviar a atenção, mas não resultou. A preocupação das pessoas é a sua saúde e nada mais interessa. Não precisamos de grandes conflitos, nem utilizar artimanhas ou politiquices para chamar a atenção. As pessoas sabem e sentem o que é mais importante – a saúde e a vida.”-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----No uso da palavra passou a referir o desinvestimento nas freguesias da periferia, que é extremamente notório agora em época de crise, em que as necessidades básicas não estão colmatadas. Disse depois que queria agradecer pessoalmente, ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento e a toda a população serrana pelos esforços incansáveis que desenvolveram, para trazer cá o Presidente da ANACOM, pois pelo que sabe, foi uma reunião com um deputado do PCP que fez com que ele viesse. Passou depois a perguntar ao senhor Presidente da Câmara porque é que nunca foi considerada a colocação de internet por satélite em casos de crianças que necessitavam do serviço tendo-se optado por pens, sendo o custo semelhante. Em segundo lugar, quando vão arrancar as obras para abastecimento de água de Fontainhas e Pia Carneira e se pensa cumprir o abastecimento de água a 100% no concelho, até ao final do mandato. Porque não se incluiu as casinas e as pias de pedra na candidatura dos muros de pedra seca, sendo que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estes são realmente icónicos do nosso território, e os muros de pedra são algo que é mais abrangente, perdendo-se uma oportunidade de realçar algo único no concelho.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que tinha aqui alguns assuntos que queria abordar sendo que quase todos já foram sobejamente discutidos. Um desses assuntos tem a ver com a intervenção feita nos tuneis. Mas tanto nesta questão, como em muitas outras, disse que gostaria de ver os deputados do PS a parar um pouco com a demagogia. Disse depois que cresceu naqueles tuneis, e quando viu no jornal que os tuneis estavam descaraterizados e viu as fotografias, também não gostou. Mas a questão que se coloca é: há outra solução melhor? É que se há, então apresentem-nas. Soluções técnicas para resolver o problema, diferentes daquelas que foram adotadas, ainda não viu uma.-----

-----Disse depois que gostava que fizessem consigo, o seguinte raciocínio: um concelho a 30 Km do mar, no centro do País, num dos distritos mais desenvolvidos economicamente do País, e os senhores perdem aqui duas horas a falar dos problemas da saúde, e bem, depois perdem mais uma hora a falar dos problemas das tecnologias, e bem, e depois perdem mais meia hora a falar do problema das escolas. E pergunta: mas que concelho é este? Não tem tecnologias, não tem saúde, não tem escolas, onde é que estamos? A pergunta que tem de se fazer é porque é que se chegou a este estado de coisas. O que se deviam interrogar é, porque é que na vigência dos mandatos anteriores, a escola da Batalha, que era mais recente que a de Porto de Mós e tinha melhores condições, sofreu uma intervenção de 10 milhões de euros, e a de Porto de Mós sofreu zero. Isso era na altura em que o senhor João Salgueiro se fez militante do PS, numa cerimónia no IPL com o senhor Sócrates. Nessa altura é que o senhor Salgueiro devia ter dito ao senhor Sócrates que não era aceitável que a Escola da Batalha tivesse uma intervenção de 10 milhões de euros e a de Porto de Mós, zero. No que diz respeito às tecnologias, pergunta se o problema é de agora. Há anos que esta situação se mantém, estando-se agora à espera que o Presidente da ANACOM, venha aqui fazer milagres. Isto não é um problema que se resolva de um dia para o outro, mas é um problema que já podia ter sido resolvido há muito tempo. Mas parece que é de agora. Todos estes problemas têm vindo a acumular-se e esse é que é o ponto, tendo estado o PS à frente da Câmara sem nunca ter resolvido um único destes problemas, e é bom que se reconheça isto. Outra questão: numa reunião de Câmara, propõem-se a distribuição de 50 mil euros, com a anuência do PS e PSD, ou seja, do subsídio que eventualmente seria entregue ao Fundo Social para a organização das Festas de S. Pedro, se elas tivessem lugar. Propôs-se também a constituição de uma Comissão para distribuir os 50 mil euros. Perguntou então: o problema das coletividades resolve-se com este dinheiro? Há coletividades que ficaram, financeiramente, completamente de rasto, com esta situação, exemplificando com a Banda Recreativa Portomosense, cuja maior receita provinha da Tasquinha que tinha nas Festas de S. Pedro. Se o executivo não fizer um levantamento da situação,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e se não apoiar as coletividades, e não é com aqueles 50 mil euros, porque este dinheiro a dividir por 150 coletividades, dá 300 euros a cada uma, elas não vão sobreviver, ficando o concelho muito mais pobre. Continuou dizendo que devem juntar-se nessa Comissão, mas é para encontrar um programa de apoio para todas as coletividades e não apenas para aquelas que estavam presentes nas Festas de S. Pedro.-----

-----Para terminar, disse, dirigindo-se à bancada do PS, e para que se veja a forma como fazem oposição, que duvida que alguém goste do aparato que está na entrada principal da Vila de Porto de Mós e do amontoado de equipamentos que ali está. Mas isto tem uma história que identifica e caracteriza bem os problemas desta terra. Porque a história da zona desportiva de Porto de Mós, nasceu há vinte ou trinta anos, e é transversal a todos os partidos e a algumas figuras desta terra. Em, 1993, quando ele próprio era Presidente da Associação Desportiva Portomosense, a associação estava na 3ª divisão nacional e era preciso relvar o campo. A ADP propôs à Câmara na altura, sendo Presidente, José Ferreira e Vereador, João Salgueiro, não relvar aquele campo e concentrar toda a zona desportiva cá em baixo. Não se conseguiu esse intento, tendo a Câmara decidido relvar o Estádio Municipal e fazer um campo ao lado, comprando os terrenos e gastando ali um balúrdio. A ADP achou que aquilo era um erro, porque entretanto foram construídas as piscinas e os courts de ténis cá em baixo e isso era dividir as pessoas. Na sua ótica, teria sido melhor a todos os níveis, ter concentrado todos os equipamentos desportivos na Várzea. Não tendo isso acontecido, e tendo mudado o executivo, o então Presidente da Câmara João Salgueiro, instalou na Várzea um campo relvado sintético, fruto de fundos comunitários. Nesta altura e sendo o campo sintético financiado, o mesmo deveria ter sido instalado no campo pelado do Estádio Municipal. Ou seja, a mesma pessoa que ajudou a decidir contra a vontade da ADP, em manter o campo no estádio municipal, é a mesma que decide instalar o campo sintético ao lado das piscinas. Recomendou ainda que se olhe para aquele espaço, piscinas, court de ténis, relvado sintético e ao lado parque de camiões, e olhe-se para a zona desportiva da Batalha percebendo o que é uma zona desportiva com coerência, feita com planeamento. Ao fim destes anos todos a pregar no deserto e a dizer que aquilo não pode crescer assim, há um executivo que aparece e diz que não se fará ali mais nada sem um plano integrado. E o PS, em vez de concordar e dizer que aquilo foi um erro e que se deve fazer de uma vez por todas um planeamento do espaço, vêm dizer que se pretende destruir aquilo que foi feito. Continuou dizendo que isto não faz qualquer sentido, porque quando as decisões são certas, venham elas de que partido vierem há que ter a coragem de as apoiar. Tem sido este tipo de comportamento que tem atirado este concelho para esta situação. Terminou dizendo, "e depois admiramo-nos de ter problemas na saúde, nas tecnologias e nas escolas".-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Pedi o uso da palavra para defesa da hora, dizendo que o PSD anda muito nervoso. Dirigindo-se depois a Júlio Vieira disse que lhe exige respeito e que sua "azia" vem detrás, tendo tido

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a maior derrota de todos os tempos, quando foi candidato à Câmara Municipal, pelo PSD. Disse depois querer deixar duas notas: relativamente ao anterior executivo e à escola de Porto de Mós, relembra o Centro Escolar de eleição, que foi construído na sua vigência e ainda outro nas Pedreiras, e se calhar, se a Escola Secundária fosse da sua competência, já tinha sido intervencionada nessa altura. Em relação ao projeto da Várzea, disse que considera que se o executivo tem sido outro, a requalificação global já estava feita.-----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, reiterando aquilo que **Cristiana Rosário** disse, agradecendo a todos o Voto de Louvor, tanto da bancada do PSD, como da bancada do PS, a todos aqueles que estiveram na linha da frente. Prosseguiu dizendo que tem sido duro mas que de facto, só estão a cumprir a sua missão. O reconhecimento é bom, mas não é isso que os move para fazer mais ou melhor, estando determinados para lutar por princípios que foram adotados ainda antes de estarem aqui. A sua preocupação efetiva é com as pessoas deste concelho. Relativamente à intervenção de **Joaquim Santiago**, no que se refere às plantações de eucaliptos, elas são legalizadas pela Direção Geral de Florestas, mas o que disse aqui, é que infelizmente o nosso PROF (Programa Regional de Ordenamento Florestal) previa mais eucaliptos. Na altura, em nome da Comunidade Intermunicipal, votaram contra este PRF, o que valeu de pouco, pois das recomendações e contributos que deram, nenhum foi adotado, e passando a ser lei, terá que ser acomodado no nosso PDM. No que se refere às limpezas disse que os territórios de primeira prioridade tiveram primazia, sendo cinco as freguesias que estão nesse caso. As outras cinco freguesias não estão em primeira prioridade. Disse ter vindo a manifestar a sua discordância quanto à avaliação que a Direção Geral de Florestas faz, porque é uma avaliação completamente errónea, feita em gabinete, sem ter em conta o território, e sobretudo, tendo por base a quantificação, com uma majoração de 30%, de território não ardido nos últimos dez anos. Se se está a majorar em 30% o território que não ardeu nos últimos dez anos, estamos exatamente a ir à procura do combustível necessário para os grandes incêndios. É o que temos da Calvaria de Cima, no Juncal, em Pedreiras e também numa franja da freguesia de Porto de Mós. Disse ainda que tem sistematicamente manifestado essa preocupação, tendo contado que este ano houvesse aqui uma readaptação, desta avaliação o que infelizmente não aconteceu. Como houve o Covid, os meios acabaram por ser concentrados nas freguesias de primeira prioridade, os levantamentos de contraordenações foram feitos essencialmente nessas freguesias. Foram levantados perto de mil autos, e depois de as pessoas receberem as cartas em casa foi verificado que a grande maioria acabou por limpar. Estão para ser enviadas às autoridades competentes, cerca de 126 contraordenações, valor residual, face à avaliação inicial. Relativamente aos EPI's e às despesas dos ERPI's disse ter consciência disso, mas há que ter presente que o município de Porto de Mós, investiu nas IPSS's muito mais do que o benefício com a fatura de água durante três meses. Disse não ter presente quantidades, mas sabe que o Lar, onde é diretor, recebeu alguns milhares de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

máscaras, luvas e outros equipamentos de proteção individual, dentro do espírito de colaboração que o município teve desde o primeiro momento.-----

-----Quanto a **David Salgueiro**, disse relativamente ao nervosismo que este referiu, que se sente perfeitamente tranquilo e que continua a fazer o seu trabalho com a preocupação de ir ao encontro daquilo que o concelho precisa. Disse depois que acha que há aqui algumas confusões. Passou a esclarecer relativamente às palavras do anterior interveniente que referiu 600 mil euros em sinalética – isso é uma candidatura completa, em que a sinalética são 240 mil euros, portanto só pode haver confusão. Todo o resto da candidatura, uma parte não está ainda feita, e aquilo que foi feito, foi a reabilitação do Centro de Desportos de Ar Livre, que estava a cair, e que foi reabilitado para fazer um Centro Interpretativo, não só para dar vida àquele espaço abandonado e poder potenciar a partir dali o turismo de natureza, que acha que é reconhecido e que tanto potencial tem na nossa região. Sobre a questão das propostas, estas são fáceis de fazer, quando são tão genéricas ao ponto de dizer "apoiar o comércio local", não tendo visto nenhuma medida efetivamente proposta. O que este executivo fez, foi apoiar o comércio local da forma possível, tendo criado uma plataforma eletrónica para sair dentro de dias, para acomodar todos aqueles que tiverem interesse de passarem a ter o seu negócio numa loja *on-line* comum a todos os que querem, a partir do concelho de Porto de Mós, vender para o resto do mundo. É uma coisa organizada, planeada, bem-feita, como aliás foi bem-feita a distribuição de mascaras à população, não tendo havido confusão e tendo as pessoas recebido a informação para fazer o levantamento na hora certa e fizeram-no, e de uma forma pacífica, foram distribuídas cerca de cem mil máscaras. O mesmo acontece nas funções sociais. No que se refere à taxa de execução, disse que há uma coisa que este executivo não faz, e que é por exemplo, colocar alcatrão a chover torrencialmente, nem, para aparecerem números bonitos no final do ano, pagar antecipadamente aquilo que ainda não foi feito, preferindo assumir a impossibilidade de fazer a obra. Temos aqui uma derrapagem na execução da despesa de capital, mas transferimos o valor correspondente àquelas obras para o ano seguinte, sendo que neste momento, umas estão concluídas e outras estão em curso. Portanto, os milhões que se transferem, são milhões que são poupados, que não são gastos noutras coisas e que estão destinados. Disse-lhe ainda que, pela primeira vez, este executivo, antecipadamente, diz aos senhores Presidentes de Junta e aos senhores Vereadores onde é que vai colocar o saldo de gerência, o que é uma coisa politicamente difícil, porque é muito mais confortável ficar-se com o saldo de gerência na nuvem e ir gerindo, do que dizer concretamente a que se destina. Isso é feito por este executivo e de forma consciente. A grande maioria dos 3,5 milhões de saldo de gerência, passados para 2020, vai para despesa de capital, vai para execução de obras. Pese embora a pandemia, a falta de pessoal, a falta de empresas para fazerem obras, estamos conscientes que vamos chegar ao final deste ano com uma taxa de execução significativamente acima daquela que tivemos este ano. E isto tem que ver, efetivamente, em primeiro lugar, com o facto de não se ter conseguido fazer meia dúzia de obras

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

até final do ano, como estavam planeadas, e não foram feitas unicamente por razões climatéricas, reiterando que o dinheiro foi transferido em saldo de gerência para 2020. Sobre a questão da TVI, disse que a televisão vem cá, apenas cobrando despesas de dormidas e alimentação. Este ano, não chegavam a custar dois mil e quinhentos euros, mas atendendo à situação, acabaram por não vir. São seis horas de televisão, achando que vale a pena, em termos de promoção concelho. No ano passado, sendo um programa completo, com um conjunto de diretos das mais variadas partes do concelho, não chegou a custar vinte mil euros.-----

-----No que se refere à taxa de desemprego no concelho de Porto de Mós, subiu infelizmente, cerca de 30%, dizendo que não gosta que isto seja uma inevitabilidade. Não gosta, porque em maio de 2019, havia a taxa de desemprego mais baixa de sempre, havendo nessa altura, 380 desempregados. Destes, tentaram-se colocar mais cem, sem sucesso. Do remanescente destes 380 desempregados, uma quantidade significativa não tinha sequer condições para trabalhar. Os atuais 30% de desempregados correspondem mais ou menos aos números que havia em 2017, e estava-se praticamente em pleno emprego. Agora, a tendência tem de ser lutar para que o desemprego se volte a inverter. Esta é uma sua preocupação que irá acompanhar muito de perto.--

-----A **Gabriel Vala** agradeceu as palavras, dizendo que esta é uma luta de todos, pois como costuma dizer, o vírus, sendo invisível, anda por aí e quando menos se espera, calha-nos a nós, achando que a mensagem neste momento, deve ser uma mensagem forte mas deve ter associada alguma tranquilidade, não devendo provocar alarme social, mas dizendo que às pessoas que se devem proteger para poderem prosseguir a sua vida com uma certa normalidade.-----

-----Sobre as questões de **Samuel Costa** acerca do investimento nas freguesias de periferia, disse que está a ser feito em S. Bento um investimento significativo, que se traduz na substituição da canalização que por falta de manutenção está completamente entupida, tendo exibido ao plenário a tubagem obstruída que foi retirada do local. Este foi um trabalho que já foi feito em Mendiga, estando agora a ser realizado em S. Bento. Isto custa muito milhares de euros e custa muito transtorno à população, mas tem que ser feito. Na Mendiga, disse, não volta a acontecer. A Câmara contratou uma viatura para fazer limpeza das condutas todos os anos. Trata-se de calcário acumulado e sobretudo nas zonas de maior inclinação vai-se acumulando, e a falta de manutenção dá nisto. Portanto neste momento está a fazer-se um investimento muito significativo para dar água a uma parte da freguesia de S. Bento. Relativamente a esta questão, disse que está certo que se irá conseguir fazer o abastecimento de água aos lugares que faltam da freguesia de S. Bento, porque este foi o planeamento que foi feito desde o início, estando agora a lançar-se concurso para Pia Carneira e Fontainhas, seguindo-se os restantes lugares. Sobre a questão da ANACOM, disse que queria só dar uma nota, voltando a dizer que não anda aqui com bandeiras. O senhor deputado que colocou a questão, pensa que ouviu a resposta, o senhor Presidente da ANACOM disse que vinha a Porto de Mós porque tinha sido convidado pelo Presidente da Câmara. Depois de receber o convite, disse, fez o favor de lhe telefonar, dando-lhe duas ou três notas, que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

embora, como disse Júlio Vieira, não venha resolver nada, pelo menos, já colocou uma das operadoras a falar connosco. Também já disse que no final da próxima semana irá reunir com o Presidente da Altice para ver o plano de investimentos. Se o plano de investimentos foi antecipado para 2020 e 2021 por força desta intervenção da ANACOM, não sabe, mas o que é facto é que, independentemente da força que o Presidente da ANACOM possa ter, pelo menos, dá-nos a expectativa de que alguma coisa já está a acontecer, coisa que até aqui nunca houve. Voltou a dizer que em 2012, foi efetuado o leilão dos 4G, foram contempladas cerca de 1500 freguesias e nenhuma freguesia do concelho de Porto de Mós foi contemplada. Para o regulador, o concelho de Porto de Mós, estava servido. Sobre a questão da internet por satélite, disse não conhecer em pormenor, e será uma das perguntas que colocará ao senhor Presidente da ANACOM. Quanto à questão da não inclusão, disse que a candidatura aos muros de pedra é uma candidatura que se quer ganhadora e para isso, tem de ser de território, estando inclusive a tentar dimensioná-la, tendo já falado com o parceiro Terras de Sicó, no sentido de poderem estar juntos neste processo, pois pode ser um importante pontapé de saída para que se lance a tal candidatura a património imaterial da humanidade, o saber fazer os muros de pedra. Se eventualmente se entrasse aqui por nichos, provavelmente ficaríamos reduzidos à dimensão do concelho, coisa que desde o início nunca se pretendeu, porque se quis que esta candidatura fosse ganhadora, porque merece. Merecem ser conhecidos os muros, merecem ser preservados e merece, sobretudo todo o território do Parque Natural ser dado a conhecer ao mundo.-----

-----Sobre a intervenção de **Júlio Vieira**, disse que de facto a Escola Secundária de Porto de Mós só desde que este executivo tomou posse é que começou a ser um problema, pois antes nunca tinha ouvido falar dos problemas da escola, mas o que é facto é que a Escola Secundária de Porto de Mós é mesmo um problema e grave. A Escola Secundária de Porto de Mós, na escolha entre três escolas pelos alunos, os que quiserem as melhores condições, vão para a da Batalha ou de Alcobaça. Sobre a questão da principal entrada na vila, coloca-se agora uma questão: A Associação de Futebol de Leiria, como o senhor deputado Júlio Vieira bem sabe, não vai permitir jogos federados naquele campo se não tiver lá balneários. A pergunta que o executivo se faz, é se se vai ali plantar mais um edifício. O que o executivo acha é que se deve estudar aquele espaço, e que assim que o mesmo estiver concluído, será apresentado e tanto pode ser executado agora como daqui a dez anos. Júlio Vieira falou da Batalha e esta, tanto quanto sabe, está a desenvolver projetos que foram deixados pelo Ex-presidente da Câmara, Coutinho, alguns com trinta anos. Quanto a Porto de Mós, disse não ter encontrado projeto nenhum, dizendo a David Salgueiro que não há qualquer projeto para o outro lado, nem tão pouco qualquer estudo.-----

-----**Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM)**, pediu um esclarecimento à mesa sobre a proposta conjunta de Voto de Louvor proposta pelos Partido Social Democrata e Partido Socialista, dizendo que também o Movimento pelo qual foi eleito – AJSIM – se lhe quer associar.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Presidente respondeu que se tomaria em conta esta manifestação de vontade.-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----Usando da palavra a senhora Presidente da Assembleia passou a dar algumas informações rápidas aos deputados municipais. Informou ainda que a deputada municipal Cecília Lopes Palma (PSD) foi substituída pela senhora Maria Goreti Fino Domingues tendo pedido justificação da falta que a mesa relevou. Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), faltou igualmente, tendo o líder da bancada do Partido Socialista referido que tal falta se deveu a compromissos profissionais da deputada e que esta iria pedir a justificação da falta. Faltou ainda o deputado Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM) sem que tenha até esta data pedido a justificação da respetiva falta. Passou depois a referir que "a Lei concedeu poderes extraordinários ao Presidente da Câmara neste período de pandemia, tendo todos ficado confinados em casa, tendo no entanto, sido introduzidos deveres de comunicação ao órgão deliberativo no prazo de 48 horas, nomeadamente no que concerne ao endividamento, que não foi o nosso caso. Essas medidas, além de implicarem o dever de comunicação, previam a ulterior sujeição a ratificação por parte da Assembleia Municipal, no entanto, como tem sido referido por todos, a democracia não ficou confinada nestes tempos de pandemia. Gostava também de referir, que neste período, houve sempre uma interligação entre a Presidente da Assembleia Municipal, que os representa a todos, e o senhor Presidente da Câmara, mostrando da minha parte em vosso nome, uma permanente disponibilidade para a resolução de todos os problemas inerentes às nossas responsabilidades e poderes. Como esclareceu e lembrou o Presidente do Parlamento Europeu David-Maria Sassoli " é agora que nos é pedido este esforço de dizer, estamos presentes". Estar presente é estar atento, é estar solidário, é estar disponível. A execução das medidas pertence por legitimidade democrática ao executivo, ou seja ao Presidente. A Assembleia Municipal, compete, apoiar neste caso e mostrar a disponibilidade ao Presidente da Câmara e seu executivo e foi que, penso, foi feito. Pelo que todos verificámos, a resposta dada pelo município e juntas de freguesia, foi notável. No apoio social, na área da saúde e comunitário, no empenho, na comunicação, na proximidade, no acompanhamento, na decisão, nos valores éticos e morais da informação que deu, no respeito por todos. Alicerçando a ação no conhecimento das populações e do terreno que constituem dimensões sociais um sucesso nesta luta, como foi falado por todos vós. É isto o poder local, um elemento de ligação e um agente. Este poder será ainda mais fundamental na crise seguinte que nós vamos ter, e que esta Assembleia Municipal também já falou aqui, e teremos um papel

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante, e que é a crise económica e social que estamos já a ver surgir no nosso concelho e a qual, também, nós, Assembleia Municipal, não podemos ficar indiferentes. Em nome de todos os munícipes, que foram muitas as mensagens que recebi, como Presidente da Assembleia, de agradecimento, pela forma como o Presidente e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, estavam e trabalharam esta pandemia. As pessoas não se sentiram, realmente sozinhas. Agradecemos então ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Presidentes de Junta, e a todos os que convosco trabalharam para este sucesso. Posto isto, e porque todos receberam a informação das atividades da Câmara, porque a lei assim o exigia, pedia, para que fique registado em ata, ao senhor Presidente, para falar um pouco, resumidamente, já que o tempo vai adiantado, deste tempo de pandemia, as medidas que foram tomadas e que foram feitas no nosso concelho, porque a lei diz, especificamente, que isto terá que ser dito, nesta Assembleia Municipal".-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara usou da palavra, começando por dizer que se começou em março, ainda, a entender o que aí vinha, e desde o início se entendeu que nos devíamos preparar para o pior. Foi assim que tratámos com os nossos colaboradores e pedimos disponibilidade a uma parte deles passando a outra parte a estar confinada. Constituímos equipas espelho e tentámos minimizar o impacto que isso podia ter, quer na resposta do município, quer também na execução de trabalhos e manutenções, quer também ao nível dos serviços administrativos. Tivemos uma resposta excelente. Colocámos uma quantidade de colaboradores em teletrabalho, resguardamos aqueles que tinham problemas e depois acabámos por organizar a casa desta forma, constituindo uma equipa de trabalho pequena, reduzida, comigo e com o coordenador da Proteção Civil e com os senhores vereadores. Interagimos permanentemente com os bombeiros e tivemos um conjunto de ações com as IPSS's do nosso concelho, e com outras instituições, que nos colocavam algumas reservas relativamente à segurança sanitária. Disse ainda, estou a falar por exemplo da Unidade de Cuidados Continuados em Pedreiras, uma unidade privada mas que nos deixava aqui algumas preocupações. A par disto, tomámos as medidas que foram emanadas por resoluções do Conselho de Ministros, fomos encerrando algumas atividades, nomeadamente, interromper de imediato a feira e o mercado de Porto de Mós e de Mira de Aire. Entendemos que devia ser assim, sendo um entendimento conjunto também com o senhor Presidente da Junta de Mira de Aire, e a este nível suspendemos todas as atividades culturais e desportivas, todos os eventos, parques de campismo, parques de caravanismo, tendo tido um conjunto de ações, no início, em que pretendemos, sobretudo, garantir a segurança sanitária a todos, numa altura em que passou obrigatório o confinamento. Das medidas que tomámos que eu acho que foram muito importantes, foi a criação de uma linha grátis, 24 horas por dia, do município, que tinha várias valências, de apoio social, apoio psicossocial, apoio às refeições, aos bens de primeira necessidade, uma linha direta com dois números de telemóvel para o Centro de Saúde de Porto de Mós, uma linha de proteção civil, para serviços municipais e também para inserção



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

profissional. Fizemos um conjunto vasto, quer na distribuição gratuito de refeições, inicialmente para os escalões A e B e depois começou-se a perceber que havia pessoas que entraram em *lay off*, a entidade patronal não tinha capacidade para pagar a mensalidade, a segurança social atrasou nos pagamentos e havia pessoas que não tinham dinheiro para comer. O município, conjuntamente com os senhores Presidentes de Junta identificou uma serie de famílias, que passaram a usufruir, ou de refeições confeccionadas ou então destes tais apoios de bens de primeira necessidade. Nesta fase, servimos cerca de seis mil refeições confeccionadas, onde se incluem também, refeições aos bombeiros, aos profissionais de saúde da área Covid, e naturalmente, com a malha um bocadinho mais larga, a um conjunto significativo de famílias que nos vieram pedir ajuda. Nos bens de primeira necessidade, desde 16 de março, até ao dia de hoje, estamos a apoiar trezentos e dezanove agregados, que correspondem a oitocentos e quarenta e duas pessoas, no nosso concelho, através de parcerias, onde mais uma vez as Juntas de Freguesia estão incluídas, os grupos sociocaritativos e também a Santa Casa da Misericórdia. Devo dizer que para além de todos estes apoios que demos, tivemos aqui a resposta das Juntas de Freguesia, no apoio aos mais idosos, comprando os medicamentos, os bens de primeira necessidade, para que não saíssem de casa, o apoio das Juntas de Freguesia, àqueles que infelizmente tiveram testes positivos, tendo sido uma resposta, também ela importante. O apoio aos medicamentos, tendo apoiado 75 pessoas a este nível, até agora, através de protocolos com as farmácias e do Programa ABEM. Como sabem foram isentadas as tarifas fixas da água para toda a gente e para aqueles que perderam rendimentos tiveram a possibilidade de ter descontos ou de não pagar a água. Houve ainda a isenção das atividades de apoio à família, nos prolongamentos de horários, nas refeições, na isenção de pagamento de transportes escolares aos alunos de 11º e 12º ano e foi feita ainda a campanha de oferta de *kits* de mascaras à população do concelho, que como já disse, correspondeu a cerca de cem mil mascaras. Foram ainda cedidos computadores portáteis, através de uma avaliação que foi feita pelo Agrupamento de Escolas, a cerca de cento e sessenta alunos. Alguns deles não chegaram a ser distribuídos, porque apesar da avaliação da necessidade, houve pessoas que infelizmente, pelo facto de ser emprestado, não quiseram aceitar, porque queriam o computadores para eles, e isto é um programa de empréstimo. Em simultâneo também foi dada a possibilidade de terem acesso à internet, com a atribuição de *pens*, com validade de três meses. Disponibilizou-se ainda, através duma parceria com uma empresa aqui do concelho de Porto de Mós, Mármore Garcogel, que fez um investimento significativo com a cedência de sessenta testes, que têm sido utilizados para profissionais de saúde sempre que necessário e que saiam fora do protocolo da delegada de saúde, para bombeiros que transportem, e que por alguma razão fiquem com a sensação de que podem ter tido um descuido, sendo que esta avaliação tem vindo a ser feita com os comandantes e também aos profissionais dos lares e de apoio domiciliário. Fez ainda menção à distribuição de equipamentos de proteção individual aos bombeiros e a todos os lares, incluindo os privados. Ainda no que se refere aos bombeiros referiu o adiantamento de seis

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mensalidades porque estas instituições sofreram muito, pois tendo deixado de fazer o transporte de doentes, ficaram sem uma receita importante para a sua sobrevivência. Foi feita também uma parceria com as Grutas de Mira de Aire, com as Casas da Gruta, tendo ainda a oferta da Movijovem, para de alguma forma, se ter uma retaguarda para confinamento destes profissionais, em caso de necessidade. A Casa da Gruta chegou a ser utilizada, tendo sido solicitada por alguns profissionais desta área, não tendo sido necessária a Pousada da Juventude, mas esta estava igualmente disponível para o Hospital de Leiria, para fazer a retaguarda. Foi atribuído um apoio de cinquenta mil euros ao Hospital de Leiria, tendo este apoio sido transversal a todos os municípios aqui à volta, com o objetivo de reforçar os ventiladores e outros equipamentos necessários ao Hospital. Neste momento, o Hospital de Leiria tem mais doentes ventilados do que tinha durante o período crítico de Covid. Foram ainda atribuídos termómetros digitais ao Centro de Saúde, tendo equipado com uma tenda de proteção civil o Centro de Saúde, como nos foi solicitado. Num primeiro momento, todos os profissionais desta área Covid foram equipados pelo Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, pela Câmara Municipal e por um mecenas, o senhor Mário Santos, porque no primeiro dia, os profissionais não tinham EPI's para poder avançar, de uma forma digna e segura, para a área Covid. Também foram distribuídas refeições a estes profissionais de saúde, disponibilizando as mesmas condições à Guarda Nacional Republicana. No apoio aos negócios, foi criado um Gabinete de Apoio às Empresas e Negócios, com uma linha de apoio. As empresas foram contempladas com isenções e reduções de tarifas, nomeadamente houve a isenção de esplanadas até ao final do ano, decidindo licenciar de forma excecional e provisória novas esplanadas. Esta foi uma medida do Gabinete Económico e Social da Comunidade Intermunicipal de Leiria. Foram ainda isentos do pagamento de renda, aqueles que têm espaços comerciais em edifícios do município. Finalmente foi criada a plataforma de negócios *on-line*, que vai ser entretanto apresentada e que nos parece que vai ser um suporte importante, principalmente para o pequeno comércio, mas também para outro, podendo acomodar aquelas que já têm as chamadas lojas *on-line*. Finalmente, deixou uma palavra de apreço aos trabalhadores do município, que foram incansáveis, dizendo ter sido dos primeiros concelhos do país a desinfetar espaços públicos, contando sempre com a disponibilidade e boa vontade dos colaboradores do município.

### -----2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2019:-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por referir que iria ser breve porque os números estão representados na documentação que foi oportunamente distribuída por todos os deputados, e a sua leitura é muitas vezes feita da forma como cada um a quer fazer. Disse depois que o que tem hoje para apresentar, em termos de execução orçamental, é uma execução orçamental global de 91%, com uma receita em linha com o que tem acontecido, de quase 100% e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que de alguma forma, tem aqui representada a execução da despesa e aquilo que não se conseguiu fazer e que foi transferido em saldo de gerência. A transferência de saldo de gerência, é algo que para si, tem um significado que não é tão positivo como se pensa, porque significa que não se conseguiu concretizar. Disse depois que não vive na poupança, e que se dá muito bem com planeamento, com gestão e com execução. Mas quer a execução quer a gestão, têm de ter um conjunto vasto, de pontos em comum, que leve a tratar bem o dinheiro público. Tratar bem o dinheiro público é direcioná-lo para aquilo que foi pensado fazer e não sair dali. O que foi feito no final do ano, relativamente à despesa de capital, foi exatamente isso, não se desviando do que tinha sido pensado fazer e transportar as obras para o ano seguinte, pois não havia condições climáticas para as fazer e transferir, acomodado ao restante saldo de gerência, esse milhão de euros. O que foi feito e que se continua a fazer, é a gestão cuidada dos recursos, mas a pensar na execução, e por isso há um conjunto significativo de obras que correspondem a cerca de catorze milhões de euros. Estas obras vão ser lançadas, sendo, algumas delas com um peso muito significativo para o futuro do concelho de Porto de Mós, referindo-se principalmente ao saneamento básico da Cumeira/Cruz da Légua/Moitalina, bem como à Área de Localização Empresarial de Porto de Mós e a sua ampliação. Para além disso, estão em curso, quer projetos, quer já obras lançadas, com valores bastante significativos. Mas indo aos números, disse querer referir em primeiro lugar, a questão da evolução da despesa corrente. A despesa corrente, se a quiser comparar com 2017, no que se refere a fornecimentos e serviços externos, chegou aos seis milhões novecentos e trinta e três mil euros. Em 2019, foram seis milhões setecentos e trinta e oito mil euros. Ou seja, houve uma poupança de cerca de cento e noventa e cinco mil euros em 2019. Houve uma diferença nas transferências correntes, que é onde estão as transferências para os bombeiros, para as associações, e também para as Juntas de Freguesia. Em 2017, as transferências correntes para estas instituições, foram de oitocentos e dezanove mil quatrocentos e dez euros em 2019 foram transferidos um milhão e quarenta e dois mil euros. Ou seja, mais duzentos e vinte e três mil euros. Nos recursos humanos, em 2017 foram gastos quatro milhões oitocentos e cinquenta e três mil cento e setenta e seis euros e em 2019 cinco milhões quatrocentos e dezassete mil e setecentos e vinte e cinco euros, tendo fechado o ano de 2019, com um trabalhador a menos do que em 2017. Foram descongelamentos de carreira, funções sociais e os aumentos dos trabalhadores que corresponderam a estes quinhentos e sessenta e quatro mil euros. Estes quinhentos e sessenta e quatro mil euros, são idênticos ao valor total do aumento da despesa corrente de 2017 para 2019. Portanto, acha que se deve concluir que em termos de gestão de despesa corrente, caiu o mito. Aqui há dois anos, era o caos, vinha aí a tragédia, porque o dinheiro ia ser todo gasto em festas, e afinal não foi. Não foi, nem vai ser, disse. Falando depois em despesas de capital, disse que assume que de facto não esteve em linha com aquilo que era o seu planeamento, tendo sido mandada parar a obra do parque verde que estava previsto ficar concluída em 31 de Dezembro. Parou a obra de saneamento e asfaltamento da Rua dos Colos e da Rua do Norte. A obra da Central,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

embora não tenha sido parada, os trabalhos, durante muitos dias continuaram, mas com duas bombas a tirar água lá de dentro. A obra da requalificação de condutas de Casais de Matos, parou, mas já está concluída. A sinalética da rede de turismo não avançou. A obra de saneamento da Várzea, também parou e tem aqui também alguns fatores de conjugação com o problema que houve na Central. Houve também alguns concursos desertos, precisamente pela altura em que se estava, estando a falar do arranjo da rotunda da Tremoceira, que já está adjudicada. O muro no Largo Maria Rosa Justo, em Mira de Aire, que também já está adjudicado, e o saneamento básico numa rua de Alqueidão da Serra. Todas estas obras tiveram que ser transportadas para 2020, mas vieram com, um milhão de euros acomodados, para que lhes pudesse ser dado seguimento. Este exercício, teve um *cash flow* de quatro milhões, quatrocentos e trinta e um mil euros. Teve como prazo médio de pagamento, nove dias, e uma autonomia financeira de 76,92%, a menor dívida dos últimos vinte anos. Disse ainda que nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, o endividamento decresceu um milhão e duzentos mil euros, e nos anos de 2018 e 2019 diminuiu um milhão cento e setenta e oito mil euros, ou seja, em dois anos, praticamente o mesmo que em quatro. E diminuiu porque se quer preparar o município, para quem vier a seguir, poder estar confortável, fazer obras e poder ir à banca. Este é que é o princípio. Não se pode pensar em gerir o município pensando apenas no saldo bancário, mas sim a pensar no que é essencial fazer. O resultado líquido do exercício foi de oitocentos e setenta e oito mil euros, mais cento e setenta e oito mil euros do que o ano anterior, embora, pessoalmente não dê grande importância a este resultado. Finalmente, disse que terminava como começou, em Porto de Mós e acerca de contas, caiu um mito.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra, pediu que fosse disponibilizado o anexo 4, como está referido no ponto 8.2.3., que pensa não ter sido enviado com a documentação, tendo o senhor Presidente da Câmara pedido ao Chefe de Divisão da área financeira que providenciasse esse envio.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Começou por dizer que reconhece que o senhor Presidente da Câmara, de forma concreta, resumiu como se podem interpretar os números. Eles existem e podem ser interpretados de várias formas, mas são estes que aqui estão. Relativamente à taxa de execução disse que há muitas mais áreas, para além das obras, que deixaram de ser executadas. Esse é um ponto fundamental, pois, muito para além das obras, se têm sido reforçadas outras áreas, neste momento de dificuldade acrescida que se vai sentir, certamente que se poderia estar em melhores condições para enfrentar o próximo ano. Sobre a gestão cuidada de recursos referida pelo senhor Presidente, sobre a execução das obras, disse que todos sabem os meses em que mais probabilidade há de chover, pelo que o planeamento deveria ser feito para ocorrer nas alturas mais apropriadas. Para além disso, disse que a Câmara também recebeu do Estado Central a maior transferência de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre. O Partido Socialista reconhece que as contas estão muito boas, até boas de mais, para aquilo que poderia ter sido executado, durante quase três anos de mandato. Concluindo, referiu que a forma de ler os números pode ser feita de várias maneiras mas o número é concreto, pelo que para si é uma desilusão anunciada, pois quando se dá a volta pelo concelho, não se vê uma estratégia global, abrangente, e tendo o PSD estado doze anos à espera para liderar os destinos do concelho, apenas se vê até hoje, a aposta do turismo, não percebendo muito bem o que é que já se conseguiu capitalizar com isso. De resto não se vê uma estratégia global, referindo ainda que quanto à 3ª fase do saneamento de Mira de Aire não será executada, pensando até já ter sido abandonada, e fazendo votos para que o saneamento básico da Cumeira/Cruz da Léguas/Moitalina seja executado ainda com este executivo. Quanto à ALE nunca se sabe muito bem como é, porque não estava aprovado o plano de pormenor e o plano de impacto ambiental e passados quase três anos mantém-se tudo na mesma, apenas tendo avançado com a compra de terrenos e muito bem, porque é disso que o concelho precisa, pois em cerca de três anos não houve capacidade de atrair novas empresas. O desemprego agora está a subir e são essas prioridades que devem ser levadas em linha de conta.-----

### -----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que a explicação que o senhor Presidente da Câmara acabou de dar, coincide com aqueles que serão alguns dos seus comentários. De qualquer das formas, disse que queria referir uma situação mais concreta. No que toca à despesa corrente, disse, não podem vir dizer que no passado foi melhor. Pegando num exemplo, disse que, no ano de 2017 o total da despesa executada foi de dezoito milhões novecentos e nove mil euros. Em 2019, o total da mesma despesa executada são dezassete milhões setecentos e trinta e seis mil. Ora a despesa corrente, em função da despesa executada, em 2017 foi de 66%, em 2019, foi de 74%. Disse ainda que tem a ideia de que o Partido Socialista não defendia o aumento dos salários dos trabalhadores – como o senhor Presidente já disse, estamos a falar de quinhentos e sessenta e quatro mil euros, dos quinhentos e noventa e um que tem de diferença a despesa corrente de 2017 para 2019. Assim, se se retirar aqui o aumento dos salários, estamos a falar de um aumento de vinte e sete mil euros de um ano para o outro. Se se for a ver a despesa corrente, tirando os salários, com o total da despesa de 2018, dá 66,8%, e portanto equiparado, ao que foi a despesa corrente em 2017, em termos de percentagem. Referiu ainda que há aqui umas festas que realmente não percebe, e se se reparar na página 25, faz-se menção a uma festa que só o senhor Presidente é que pode explicá-la, porque ele não a consegue perceber e que é, e como o senhor Presidente já disse, a aquisição de bens e serviços, que teve aqui aproximadamente quatrocentos mil euros a menos. Mas há uma rubrica, na página 25, que diz que é “*mercadoria para venda - água*”. Em 2017 a Câmara pagou quinhentos e vinte seis mil oitocentos e oitenta e um euros. Em 2019 pagou duzentos e noventa e seis mil trezentos e trinta e quatro. Disse pensar que se está a falar da água da EPAL, perguntando ao senhor

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara, se os munícipes servidos pela água da EPAL deixaram de gastar água. Disse que se está a falar de duzentos e trinta mil euros a menos, perguntando que festa foi esta. Também em "*matérias primas e subsidiárias*" foram pagos em 2017 cento e cinquenta mil novecentos e trinta euros e em 2019, cinquenta e cinco mil cento e cinquenta e seis. Mais uma festa de noventa e cinco mil euros, disse. Continuou dizendo que no fundo, o que se está aqui a ver e o que se vê da gestão em termos de despesas correntes do executivo, é que este fez as festas mas não aumentou as despesas correntes, se se considerar que os trabalhadores tiveram os aumentos a que tinham direito, bem bastando os sacrifícios feitos durante a crise. Portanto, disse, relativamente a despesas correntes, estamos esclarecidos. Mas gostava de perceber estas festas. Prosseguiu dizendo que o senhor deputado David Salgueiro falou aqui no saneamento, e é interessante, disse. Acrescentou ainda que já teve oportunidade de referir, na sessão em que foi aprovado o financiamento para o saneamento da Cumeira, que em 2015 ou 2014, com o valor deste financiamento, poderiam ter sido feitos vinte milhões de euros de saneamento, e não se fizeram. Em 2015, foram feitos, e consta da página 54 do relatório, um milhão e quarenta e sete mil euros de saneamento – e aqui talvez ainda houvesse fundos comunitários – , em 2016, novecentos e quarenta e três mil, em 2017, um milhão cento e vinte e dois mil, em 2018, um milhão duzentos e noventa e quatro e em 2019, um milhão cento e cinquenta e três, perguntando, onde é que a Câmara abandonou o saneamento. Em relação à evolução da receita e da despesa corrente, disse que também há aqui outros números interessantes. Em 2017, a gestão da altura, tinha de receitas correntes dezasseis milhões quatrocentos e sessenta e oito mil euros e de despesas doze milhões seiscentos e treze, o que significa que sobraram três milhões oitocentos e cinco, provavelmente para despesas de capital. Em 2019 as receitas correntes foram de dezassete milhões cento e oitenta e um euros e as despesas foram de treze milhões duzentos e quatro, já com os aumentos salariais incluídos, tendo sobrado para despesas de capital, três milhões oitocentos e setenta e sete. Daqui conclui que o dinheiro antigamente não se poupou por não haver festas nessa altura. Outra situação que passou a referir, e aí, disse, tem de reconhecer, mas o senhor Presidente já justificou a razão pela qual as execuções das despesas de capital foram como foram, mas como já garantiu que estes valores serão investidos no próximo ano em despesas de capital, não se corre o risco de serem gastos em despesas correntes. Em relação à situação financeira da Câmara, há três gráficos que são elucidativos, nas páginas 37, 38 e 39, que são os gráficos que interpretam o balanço da Câmara, concluindo que a Câmara está em condições de se endividar, esperando que esse endividamento seja no sentido de antecipar o provimento das necessidades que o concelho tem. Estas condições para a Câmara se endividar existem agora como já existiam há três ou quatro anos atrás, não havendo necessidade de estar a atrasar os investimentos, numa altura de crise para todas as empresas e em que a Câmara poderia ter colaborado com investimentos, em vez de manter uma conta choruda nos bancos.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou a dizer que perante a densidade desta documentação, iria dar apenas algumas notas. Antes de mais, disse que entende que o PS está nesta Assembleia de uma maneira construtiva e pensa que tem dado o seu contributo positivo. Terá com certeza posições diferentes, mas acredita que ninguém tem o dom da verdade absoluta. Posto isto, e no que diz respeito às contas, retirou algumas notas, conforme o senhor Presidente disse, e bem, referindo-se aos fluxos de caixa, onde os valores são os já referidos de três milhões duzentos e vinte mil em termos de saldo inicial e quatro milhões e trinta e oito mil em termos de saldo final, o que significa como consequência um reforço de oitocentos e dezoito mil euros. Disse ainda que as demonstrações financeiras estão muito bem elaboradas, dando os parabéns a quem as elaborou, porque entende que tem toda a documentação e todas as informações que são necessárias para se emitir uma opinião clara. Passando ao ponto nº 2 que fala do relatório dos revisores de contas na sua página 22, estima-se que as despesas de capital se cifram em 64,8%, só que isto dá em valor, uma economia na ordem dos dois milhões e meio, portanto, estavam previstos sete milhões e foram realizados quatro e meio. No ponto nº 3, na página 33, a evolução da dívida, são os valores que constam do quadro de 2014 a 2019, que mostra que houve uma redução de 2,6 milhões, num total de 4,9 milhões, um abate de 53%, o que revela que a situação financeira em termos de endividamento acaba por ser dada por duas componentes, os oitocentos e dezoito mil que ficaram em bancos e a diminuição da dívida que no último ano foi de quatrocentos e sessenta e três mil euros. Quanto à nota nº 4, disse que, e falando ainda dos revisores de contas, existe aqui uma polémica de um milhão quatrocentos e sete mil euros dizendo-se que foi sugerido pelos revisores para fazerem uma reserva, face a processos judiciais em curso. Consultado o advogado este disse que só tinha condições para avaliar o possível encargo da Câmara no final da audiência do julgamento. O senhor Presidente, com certeza que, relativamente a esta verba de um milhão e quatrocentos e sete mil euros, se debruçou bastante sobre ela, até porque eles recorreram ao processo da prudência para dizer que sugeriam fazer a provisão por causa desse princípio, e ao não ser feita, com certeza que a situação terá sido muito amadurecida, mas ele remete também para o próprio Tribunal de Contas, que à partida estaria de acordo com aquilo que eles sugeriam. É importante dizer aqui, que se essa provisão fosse feita, o resultado mencionado de setecentos e vinte seis mil, seria de seiscentos e vinte sete mil negativos. Também refere e acha que esteve sempre presente nos relatórios de contas deste executivo, a situação de bens que não foram avaliados. Disse ainda que pensa que, uma vez que eles estão identificados, dado que a avaliação é sempre discutível, não é difícil atribuir um determinado valor e que iria contribuir para melhorar as demonstrações financeiras, achando que isso seria preferível e evitando-se que o município tivesse uma reserva, mas isso é a sua opinião. Disse depois que se tem falado muito dos 64,8% das despesas de capital, mas o problema é que em 2018 se fez 22,5% a menos do que em 2017. Ou seja, o

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema já não é tanto de 2019, mas é mais de 2018 em relação a 2017. Referiu-se depois aos critérios valorimétricos, que têm a ver com a célebre situação dos subsídios ao investimento. Concluiu conforme o senhor Presidente também concluiu e muito bem, referindo que já que se está nesta situação ótima, se está em condições para dar o salto em frente, porque efetivamente, e também concorda em absoluto, o município não tem de ter liquidez, não tem de estar a trabalhar para ter liquidez, tem é que fazer obras e satisfazer as necessidades dos munícipes.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes, dizendo a **David Salgueiro** que as transferências do Estado Central são correspondentes ao aumento dos ordenados, e portanto ainda vai reforçar o que já tinha dito, o desempenho do executivo ainda foi melhor. Aquilo que acontecia, e registou, é que há dois anos atrás, da sua boca ouviu que estávamos a entrar no caos financeiro e que vinha aí uma tragédia. E a tragédia não aconteceu e por isso é que afirmou que caiu um mito e caiu efetivamente um mito, porque depois de quem cá esteve, tudo seria pior. Afinal, estão a apresentar-se as contas de 2019, que seguramente são as melhores contas dos últimos anos. Relativamente às referências que fez quanto ao saneamento, disse que são desajustadas, porque o saneamento básico de Mira de Aire não foi abandonado. O anterior executivo não quis fazer uma candidatura e pela palavra da senhora diretora do POSEUR, fez apenas candidatou a parte mais pequena, não o tendo feito quanto à parte maior tendo sido alertado, tanto quanto sabe, para a eventualidade de deixar de haver fundos comunitários do POSEUR, para municípios isolados, que é o caso. Só passaria a haver fundos comunitários, como existem, para saneamento, para municípios agregados. Não estando este município agregado, nem querendo estar, têm de ser feitas opções. A opção que este executivo fez, foi fazer uma obra, que também não foi feita pelo anterior executivo e que irá servir mais de mil casas, disse referindo-se ao saneamento da Cumeira/Cruz da Légua/Moitalina. O que existe neste momento, ao nível do saneamento no concelho, é uma situação muito deficitária. Mas não deve ser esquecido que quando este executivo chegou, havia 65% do concelho coberto por saneamento básico, estando ligado apenas 35%. Este trabalho tem sido feito paulatinamente, porque de facto, apesar do senhor deputado não ver a estratégia, ela continua a ser desenvolvida. Continuou dizendo que, desde o início que disse, que a sua grande preocupação são as pessoas e para se poderem fixar pessoas tem que lhes ser dadas condições. As condições básicas são essenciais. Fornecimento de água de qualidade, que exige manutenção das redes, que custa uma verdadeira fortuna, mas tem de ser feita. É inadmissível que uma população esteja há quatro dias sem água, porque durante anos não houve manutenção e segundo lhe foi dito, isto é acumulação de cerca de sete anos, de falta de limpeza da canalização em S. Bento, e portanto este trabalho tem de continuar a ser feito, e esta é efetivamente a estratégia deste executivo. Sobre a questão da água é exatamente igual. Disse que se continuariam a fazer investimentos, quer no abastecimento, quer na renovação de redes. Disse ainda, porque das suas palavras ficou com a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ideia de que não se está a apoiar a economia social, que diretamente, a Câmara em 2018, apoiou, com projetos sociais que não existiam antes, em 278 mil euros: bolsas de estudo, transportes do secundário tendencialmente grátis, material escolar, programa Abem dos medicamentos, apoio a habitações degradadas, o projeto "Rumo à escola", apoios diretos a IPSS's, devolução de IRS, IMI Familiar e o projeto Envelhecimento Ativo. Referiu ainda que queria dizer o seguinte: "quando iniciámos este projeto fizemo-lo conscientemente, mas numa situação em que o país não vivia a agonia que vive agora. E esta é uma agonia que as famílias também passaram quando foi o problema da troika. E aquilo que o anterior executivo fez, foi devolver às famílias zero, o que foi uma vergonha, tendo chumbado todas as propostas do PSD que iam nesse sentido. É bom que fique esta nota, porque até agora, ninguém fez ação social organizada ou planeada e direcionada para as pessoas como está a ser feito neste momento" recomendando ao senhor deputado David Salgueiro, que enquanto município de Porto de Mós, não esteja preocupado. Quanto ao que disse **Antonio Pires**, de facto, em resultado do investimento de que falou há pouco, conseguiu-se não bombar água do furo do Olho e ter ganhos de eficácia com a EPAL, de cerca de cento e cinquenta mil euros, de um ano para o outro. E duzentos e pouco no ano anterior. Pela primeira vez, em 21 anos, o que o município de Porto de Mós pagou, não chegou sequer aos consumos mínimos, e isto tem que ver com o investimento e com uma preocupação que se tem vindo a ter. Está em curso um processo de telegestão para toda a rede de Mira de Aire num primeiro momento, depois estendida ao resto concelho para se poder ter a gestão das redes *on line*, por forma a garantir a eficácia do sistema. E é aqui que se ganha dinheiro, investindo em boas redes, com garantia de dezenas de anos para depois não se ter o problema das fugas e roturas de água, que dão um transtorno enorme à população, fazem decrescer a qualidade da água fornecida e sobretudo tem um custo enorme para o município. Finalmente, e para terminar, disse que queria dar uma palavra ao Chefe de Divisão Rogério e à equipa da Contabilidade, porque, mesmo em tempo de pandemia, com muita gente em teletrabalho, foi possível apresentar este relatório, provando-se que a Câmara de Porto de Mós, não só tem as contas em ordem, como tem as contas em dia.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2019** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 10 (dez) abstenções**.-----

### -----3. Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2019:-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu à senhora Presidente da Assembleia para responder ainda, no âmbito do anterior ponto da ordem de trabalhos, ao senhor deputado **Antonio Carvalho**, querendo deixar uma nota de consideração relativamente ao relatório do ROC, dizendo ainda que, no que concerne às restantes notas deixadas por este, até lhe ficaria mal, estar a tecer

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

considerações, tendo em conta que se trata de uma sumidade nesta matéria. Disse ainda que tomou boa nota das referências que fez e que as iria verificar de uma forma mais exaustiva. No entanto, disse, a questão do relatório do ROC, do enfase que foi colocado por causa das provisões, tem de facto, no seu pensamento, alguma resistência, por uma razão, e que tem que ver com um processo em tribunal com a empresa que estava a reconstruir o edifício da Central Termoelétrica e que abandonou a obra tendo interposto, contra a Câmara, um processo judicial. A Câmara entende que tem razão e a empresa já fez um princípio de acordo extrajudicial de cento e setenta mil euros, que não foi aceite. Disse ainda que a Câmara não pode ir criar provisões de um milhão de euros, num processo, pois se isso for feito, está a indiciar dar razão àquele que o interpôs e que a Câmara acha que não tem razão. Foi essa a explicação que foi dada ao Tribunal de Contas e é aquela que espera que seja atendida. O Relatório de Contas não perde por isso e o Município de Porto de Mós nunca vai pagar um milhão de euros de indemnização, por aquele processo judicial, precisamente porque a empresa, voluntariamente, já veio fazer uma proposta de acordo extrajudicial de cento e setenta mil euros. Relativamente aos bens avaliados, esta é uma coisa complicada, que já vem de anos atrás, passando a explicar quais os bens em causa. Disse que a Câmara tem centenas de elevatórias colocadas em terrenos que são de privados. No inventário está o património da Câmara, ou seja o edifício. O que está documentado, é que aquele terreno foi cedido. O que se está a tentar fazer agora é legalizar o máximo destes cantos de terrenos. Só depois se pode proceder a essa avaliação. O ROC entende perfeitamente esta questão e a única coisa que faz é recomendar que o município contabilize valores, tendo-lhe sido explicado que não se pode fazer porque não é património municipal.-----

-----O deputado António Carvalho usou ainda da palavra para dizer que há vinte anos, o Dr. Licínio Moreira da Silva lhe pediu para emitir a sua opinião, quando se estava a fazer a inventariação dos bens, tendo-lhe dito exatamente o mesmo que disse agora, ou seja, dando-se um valor provável em termos de custo novo e vendo depois o numero de anos de utilidade esperada, e fazendo-se depois a proporção.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a discussão o presente ponto da ordem de trabalhos, não tendo havido qualquer pedido de intervenção e sendo apenas para apreciação passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

#### -----4. Estatuto do Direito de Oposição; Relatório de Avaliação de 2019:-----

-----O senhor Presidente da Câmara escusou-se de tecer comentários ao documento que foi enviado a todos os membros da Assembleia, disponibilizando-se para dar os esclarecimentos que entendessem suscitar. Não havendo, pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia, e sendo este ponto da ordem de trabalhos apenas para apreciação, passou ao ponto seguinte da mesma.-----

-----  
-----**5. Modificação aos Documentos Previsionais 2020-2021:**-----  
-----

-----**5.1. 2.ª Revisão ao Orçamento:**-----  
-----

-----**5.2. 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2020-2021:**-----  
-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usou da palavra dizendo que falaria de ambos os documentos, dada a sua interligação, sendo que a votação teria depois lugar separadamente. Começou por dizer que se trata de uma alteração simples, pois, como disse há pouco houve um compromisso para apoiar o hospital de Leiria. Os municípios da região apoiaram o hospital de Leiria em mais de quinhentos mil euros, e o município de Porto de Mós entendeu dar cinquenta mil euros. Como não havia rubrica no orçamento para poder acomodar esses cinquenta mil euros, foi necessário proceder a esta revisão, conforme informação que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 09.06.2020, do seguinte teor:-----

-----*“O mundo tem-se visto confrontado com um problema de gravidade ainda incalculável, que se consubstancia com a doença COVID-19. Portugal não está afastado desta problemática, muito pelo contrário, pelo que no período de dois meses houve necessidade de implementar medidas de políticas públicas tendentes a mitigar os efeitos de tal doença sobre pessoas, famílias e empresas.*-----

-----*O Governo da República tem desenvolvido o seu trabalho e as Autarquias também têm feito um esforço financeiro muito grande neste domínio.*-----

-----*Apesar dos poucos recursos financeiros que geram muitas Autarquias Locais portuguesas tiveram que alterar os seus projetos para direcionaram a despesa para mitigar os efeitos desta doença.*-----

-----*O Município de Porto de Mós, desde a primeira hora das notícias sobre esta doença lançou mão dos meios à disposição para os alocar a este processo.*-----

-----*Muita da despesa assumida pelo Município de Porto de Mós, não estava prevista no orçamento, nem tinha que estar, pois não estava prevista esta pandemia, houve necessidade de fazer alterações de verbas dumas rúbricas para outras, através de alterações orçamentais.*-----

-----*Até se poderia assumir nesta revisão inserir rúbricas específicas para esta despesa, mas a mesma já está feita e paga e o processo burocrático é mais complexo e, do ponto de vista dos custos os mesmos podem ser verificados através de “centro de custos” criado para este efeito. No entanto não poderíamos deixar de assumir nas Grandes Opções do Plano o apoio atribuído ao Hospital de Leiria para aquisição de material médico, pela expressão que o mesmo assume.*-----

-----*O valor da contrapartida será, por agora, suprimido no projeto “ 2018/5040 – Apoio a coletividades para investimentos em infraestruturas”, valor que será “regularizado” entretanto, através de alteração orçamental.*-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Poderia ainda ser equacionado rever o orçamento da receita "em baixa" e consequentemente o orçamento da despesa, no entanto a cautela manda que deveremos aguardar os efeitos sobre a receita e, a seu tempo, teremos que, eventualmente realizar esta operação.-----

-----Assim, tendo em conta o atrás aludido, proponho:-----

-----a) A Submissão da proposta da 2.ª revisão aos previsionais 2020\_2021 à votação da Câmara Municipal;-----

-----b) Caso seja Aprovada a proposta a submissão à votação da Assembleia Municipal nos termos das competências previstas na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro."-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----Usando da palavra passou a dizer que embora sejam inegáveis as necessidades do Centro Hospitalar Leiria/Pombal, considerando também os tempos de profunda urgência que se atravessam, os deputados e vereadores do PS vêm também já há muito, a alertar para outras dificuldades, nomeadamente alguns dos pontos que já foram aqui hoje, profusamente levantados, relacionados com as dificuldades, quer das associações, quer dos clubes do concelho, que acabam de atravessar. Nos tempos que correm, estas associações vêm-se impedidas de realizar muitas das atividades, nomeadamente as Tasquinhas de S. Pedro, pelo que questionou, tendo em conta a fraca execução orçamental apresentada e dado que não se preveem grandes melhorias a nível do ano corrente, se não há outra rubrica da qual poderiam ter sido subtraídos esses fundos, que não a rubrica 2018/2040, que abrange nomeadamente o apoio às coletividades para o investimento a nível das infraestruturas. As coletividades representam uma grande mais-valia para o concelho, ainda mais nos tempos que correm e o futuro que se avizinha. Muitas das vezes são estas coletividades que acabam por juntar a população, não só a nível das freguesias e dos concelhos mas por vezes até vem pessoas de fora do concelho para participar em algumas das atividades. Por isso, disse terminando, é algo que deve ser apoiado e não retirando fundos dessa rubrica.-----

-----Respondeu o senhor Presidente da Câmara dizendo que, se a senhora deputada tivesse visto o histórico, percebia que estes cinquenta mil euros vieram de outro lado, para se poder encontrar uma rubrica parecida, para depois se transferir para o hospital. Foi a opção que foi feita e veio de eventos que não se realizaram. Disse ainda que o propósito destes cinquenta mil euros, para o Hospital de Leiria, teve de ver essencialmente com a necessidade urgente que este tinha de reforçar os equipamentos de ventilação e outros, porque também estava a servir o nosso concelho, e não tinha equipamentos. Foi feito um apelo pelo Diretor do Hospital de Leiria e foi entendido apoiar. Como disse, irá ser reforçada, esta ou outra rubrica qualquer para apoiar as associações. Voltou a dizer que estes cinquenta mil euros, não saíram do dinheiro que estava disponível para as

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

associações. Saiu doutras rubricas, não sabendo exatamente quais mas a isso pode responder o Chefe de Divisão Financeira, porque ele sabe exatamente donde é que saiu este dinheiro. Rogério Nunes, Chefe de Divisão da Financeira referiu que, depois de fazer este movimento os cinquenta mil euros ficarão disponíveis nesta rubrica, pois tratou-se apenas de um movimento financeiro.-----

-----Não havendo mais intervenções foi o presente ponto da Ordem de trabalhos - **5. Modificação aos Documentos Previsionais 2020-2021 – 5.1. 2.ª Revisão ao Orçamento** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto **5.2. 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2020-2021** – tendo igualmente sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2020:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra dizendo que também no decurso desta pandemia a Câmara fez algumas articulações com a Comunidade Intermunicipal, e uma delas foi dar o sinal de estabilizar ao máximo os quadros de pessoal. As autarquias têm situações diferentes e felizmente o município de Porto de Mós nos últimos dois anos, tem regularizado muita precariedade e cada vez tem menos. Mas ainda existem muitos contratos e algumas avenças e é nesse sentido que se está aqui a fazer uma alteração para acomodar algumas áreas importantes e que constam da proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 09.06.2020, e que a seguir se transcreve:-----

-----“1. Considerando que:-----

-----a) Se vem confirmando uma tendência para a manutenção do número de postos de trabalho ocupados previstos no mapa de pessoal e, também, nos postos de trabalho não ocupados, nomeadamente nos documentos em vigor nos anos de 2019 e 2020;-----

-----b) Cada vez mais se vislumbra no horizonte temporal, a transferência de mais atribuições e competências da administração central para a local, em diversas áreas de atuação, e que, gradualmente, é observável um acréscimo de situações nas autarquias locais, que obrigam a uma intervenção e resolução rápida e célere, tendo em conta a proximidade com os munícipes;-----

-----c) Para garantir a prossecução das atribuições municipais no domínio das novas tecnologias, nomeadamente o desenvolvimento de atividades na FAB LAB, foi diagnosticada uma necessidade permanente neste Município em recrutar mais recursos humanos naquela área, por se considerarem em número insuficiente, impedindo assim o normal funcionamento desta infraestrutura tecnológica e a outras áreas no domínio da informática;-----

-----d) Verifica-se também a necessidade de recurso que possa dar apoio à comunicação, eventos da mais diversa ordem, assessoria de imprensa, elaboração de documentos promocionais

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do concelho e Município; gestão do site e redes sociais do Município; elaboração do boletim municipal e outras publicações do Município; Assim considera-se oportuno considerar um recurso com formação académica na área de marketing, comunicação ou design;-----

-----e) Recurso na área de história que possa apoiar um projeto melhoria de visitaçã de locais históricos do concelho, articulado com projeto de turismo de natureza, no sentido de colocar Porto de Mós como centro de turismo na vertente do património;-----

-----f) O Município tem vindo a aumentar o volume de atividade de pedidos de licenciamento urbanos por parte de particulares e empresas o que obriga a uma intervenção maior da parte desta entidade, sendo necessário o aumento de pessoal para cumprir com todos os requisitos legais e outros no que concerne a esta área do licenciamento urbano; por outro lado o Município também tem necessidade de elabora projetos de arquitetura para diversos locais e edifícios próprios e apoio a entidades terceiras necessitando desta forma de pessoal habilitado par ao efeito. Nesta área pretende-se recrutar um técnico Superior na área de arquitetura e também um fiscal.-----

-----g) A Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade processual, garantindo o cumprimento do princípio da boa administração, previsto no Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, alterado;-----

-----h) O n.º 5 do artigo 29.º da LTFP prevê a existência de alterações ao mapa de pessoal mesmo que impliquem aumento de postos de trabalho, no entanto, as mesmas carecem de «autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou o serviço, de cabimento orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura pelo membro do Governo responsável pela área das finanças»;-----

-----i) Na leitura do artigo parcialmente transcrito na alínea anterior, deverá ter-se em conta o âmbito de aplicação da LTFP, nomeadamente, o disposto no n.º 2 do seu artigo 1.º onde é referido que aquela lei é aplicável à administração direta e indireta do Estado e, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração autárquica;-----

-----j) A alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado, confere competência à Assembleia Municipal para aprovar, manter ou alterar o mapa de pessoal;-

-----2. Deste modo, tendo em conta as considerações anteriores, e analisadas as necessidades mais urgentes, com o objetivo de dotar o mapa de pessoal com os postos de trabalho necessários ao normal funcionamento dos serviços municipais, e dando cumprimento ao princípio da boa administração, proponho a criação dos seguintes postos de trabalho:-----

-----a) 1 Posto trabalho da carreira Técnica Superior de Arquitetura; b) um posto de trabalho da carreira de Técnico Superior da área de história; c) Um posto de trabalho da Carreira de Técnico Superior da área de marketing, comunicação ou design; d) um posto de trabalho da carreira

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

especial de fiscal; e) 1 posto de trabalho da carreira de Técnico de informática do Grau.-----

-----3. Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto -Lei n.º 209/2 009, no que se refere à orçamentação e à gestão de despesas com pessoal, encontram-se previstas as verbas destinadas a suportar os encargos a que se refere o n.º 1 do artigo 31.º da LTFP, designadamente com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados do mapa de pessoal, encargo contemplado na dotação atualmente disponível."---

-----Em face do atrás aludido proponho:-----

-----a) A alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano de 2020, com a criação dos lugares referenciados em 2) a). -----

-----b) Em caso de aprovação desta proposta submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, e 12 de setembro, alterada, e com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado."-----

-----**Rita Isabel Santos Miguel (PS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, disse dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que tudo o que disse é verdade, mas mais uma vez o Partido Socialista é forçado a alertar para os tempos difíceis que se atravessam, e dos quais se estão a sentir apenas os primeiros efeitos. São muitas as empresas que têm colocado em causa o seu futuro e muitos os trabalhadores que de momento, ainda estão em situação de *lay-off*, vêm posta em causa, a continuidade do seu posto de trabalho. Disse que gostariam que estas alterações do quadro, refletissem também estas preocupações do executivo e tivesse sido feito um reforço dos quadros na área social e na área de apoio às empresas de forma a refletir uma estratégia concertada e direcionada a medio prazo, pelo executivo da Câmara. De facto, as alterações ao quadro, não refletem essa preocupação nem uma estratégia de mitigação dos efeitos de âmbito económico e social, com muita pena sua, porque acha que ainda há muito para fazer e muito para preparar, especialmente nestas áreas.-----

-----O senhor Presidente respondeu que o diagnóstico social está feito e que há parceiros com os quais a Câmara tem trabalhado muito de perto, dizendo ainda que à questão das preocupações na área social, tem sido dada resposta pelos extraordinários trabalhadores que o município tem, sendo eles próprios que dizem que não precisam de mais. Quando precisarem de mais, o executivo cá estará para tomar essas medidas, mas por agora não vale a pena estar a contratar-se quando não se precisa. Sobre a questão do apoio às empresas, está uma técnica superior desta área, a fazer o trabalho de interligação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a dar resposta, não só aos trabalhadores mas também às empresas. Disse ainda que voltava a dizer o que disse há bocado: a situação do concelho é efetivamente preocupante

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podendo sofrer um agravamento, mas também é uma situação que tem uma particularidade, passando a referir que das empresas industriais que entraram em *lay-off* no concelho, tendo neste momento em *lay-off*, 283 processos, que envolvem 1663 trabalhadores, alguns já retomaram a atividade. Acentuou que não se está a falar de processos de grandes empresas, mas sim de processos que dizem respeito ao comércio por grosso, alojamentos, restaurantes e cafés, transportes e armazéns, outras atividades de serviços, consultoria, atividades artísticas e atividades imobiliárias. Felizmente, grande parte da indústria empregadora não tem sofrido destes problemas, esperando que consigam, com resiliência e a capacidade de se reinventar, dar a volta por cima e garantir a continuidade dos postos de trabalho, estando esse acompanhamento a ser feito por parte do município.

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2020** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 10 (dez) abstenções**.

-----**7. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro:**

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar a informação que foi presente a reunião de Câmara de 04.06.2020, e que a seguir se transcreve:

-----“A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

-----A Assembleia Municipal aprovou na sua reunião ordinária realizada a 06-12-2019, conceder autorização prévia à Câmara Municipal, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e nas situações prevista no parágrafo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anterior.-----  
-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 16 de janeiro de 2020 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.--  
-----Face ao exposto, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2020, remete-se abaixo um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 01-01-2020 a 27-05-2020."-----  
-----  
-----

Data	Designação	Montante		
		2020	Anos Seguintes	Total
27-01-2020	Protocolo com a ADSAICA para cedência da Equipa de Sapadores Florestais	25.000,00€	25.200,00€	50.200,00€
05-03-2020	Fornecimento de Produtos Químicos para as Piscinas Municipais - Anos 2020 e 2021	6.129,71€	28.193,51€	34.323,22€
10-03-2020	Serviço de manutenção e suporte do software Archeevo	2.083,18€	5.555,12€	7.683,30€
24-03-2020	Fornecimento de serviços de internet para os anos 2020-2022	8.310,58€	11.729,40€	20.039,98€

-----Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----  
-----

### -----8. Regulamento Municipal "Jovem Autarca":----- -----

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra à senhora Vereadora Telma Cruz que passou a explicitar os termos do regulamento em apreciação. Este regulamento espelha um projeto que foi apresentado pelo Conselho Municipal da Juventude, um projeto educativo, que pretende envolver os jovens em atividades cívicas, de cidadania, promovendo e desenvolvendo diversas

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências nas áreas da liderança, da tomada de decisão e desenvolvimento de projetos. Neste momento está na sua fase final para que possa vir a ser implementado junto da comunidade estudantil e se as condições assim o permitirem será implementado já no próximo ano letivo.-----

-----**João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que apenas queria deixar uma nota de congratulação à Câmara pela implementação deste projeto do Conselho Municipal da Juventude e na sua opinião é uma das medidas mais ousadas que o município poderá vir a tomar para fomentar um maior envolvimento dos jovens no que toca à construção da sociedade civil, fazendo com que os jovens façam parte das tomadas de decisão política do concelho, sendo um instrumento para combater o desinteresse que a esse nível, grassa entre os jovens. Essa é uma oportunidade que se lhes está a dar, para combaterem a falta de ligação que por vezes existe com o poder político, dando-lhe a possibilidade de trabalharem em conjunto com o município, podendo definir o que é melhor para o seu futuro. Deu ainda ênfase ao trabalho desenvolvido com as escolas secundárias porque um dos problemas que se enfrenta aqui no concelho de Porto de Mós, é que anualmente, e ano após ano, se perdem muitos alunos, que optam por ir estudar para escolas fora do concelho. Esta pode ser considerada uma das grandes propostas para tentar combater esse desígnio.-----

-----A senhora Vereadora Telma Cruz, usou da palavra para dizer que essa é uma oportunidade de os jovens se manifestarem e desenvolverem projetos, e por isso a importância das escolas estarem envolvidas.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Regulamento Municipal "Jovem Autarca" – posto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

-----**9. Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Porto de Mós:**-----

-----Usou da palavra para fazer a apresentação desta proposta o senhor Vice-Presidente da Câmara, tendo começado por dizer que numa perspetiva de envolvimento da comunidade e de uma participação cívica e ativa, traz a esta Assembleia esta proposta de regulamento no âmbito do desporto e do associativismo, que poderá ser um espaço interessante para que se possa definir o que se pretende para o associativismo no concelho de Porto de Mós. Sendo consultivo e não deliberativo, é mais uma das formas com que se pretende dar voz ao associativismo local.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que queria enaltecer esta proposta de criação do Conselho

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal do Desporto, que é mais um bom exemplo daqueles que já vêm com vinte anos de atraso. O desporto, disse, é provavelmente, o medicamento mais barato na promoção da saúde pública. Disse ainda que, era para si uma tristeza, estando ligado ao desporto há tantos anos como está, ver a existência de Conselhos Municipais do Desporto na grande maioria dos municípios deste país, há muito anos, e perceber que na sua terra se continuava completamente a leste da importância do incremento da prática desportiva.-----

-----O senhor Vice-Presidente usou da palavra dizendo que este é um espaço que se tem privilegiado, um espaço de encontro e de partilha com vista a encontrar melhores soluções, tendo sido já dados alguns passos nesse sentido, nomeadamente com a adesão de Porto de Mós como município amigo do desporto, que tem procurado dar formação aos próprios dirigentes desportivos. A ideia é encontrar um conjunto de vários enquadramentos, para que Porto de Mós possa encontrar-se e descobrir o melhor caminho.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Regulamento do Conselho Municipal de Desporto de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

### -----10. Alteração do Regulamento para Utilização do Castelo de Porto de Mós:-----

-----Usou da palavra o senhor Vice-Presidente dizendo que relativamente ao Castelo havia alguma dificuldade em gerir algum tipo de pedidos e tratando-se de um monumento nacional importa definir qual o tipo de atividades que ali se desenvolvem para não ser banalizado. No fundo trata-se de uma reestruturação da utilização do Castelo, com base num conjunto de dúvidas que foram surgindo ao longo do tempo, nos pedidos que foram surgindo.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Alteração do Regulamento para Utilização do Castelo de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

### -----11. 1.ª Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo de Porto de Mós:-----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Marco Lopes dizendo que foi sentida a necessidade de clarificar alguns pontos e também acatar algumas sugestões, como por exemplo a idade, que foi uma proposta do Conselho Municipal da Juventude. As condições de participação serão incluídas nas normas que serão todos os anos elaboradas.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Passou a perguntar qual o teto máximo para a atribuição do primeiro prémio, que pode eventualmente ser atribuído a quem ficou em segundo lugar, tendo-lhe sido respondido pelo Vereador Marco Lopes que se mantêm os setenta e cinco mil euros.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **1.º**

**Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**12. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós):**-----

-----A senhora vereadora Telma Cruz passou a dar conhecimento aos senhores deputados municipais do teor do Relatório de Atividades da CPCJ de Porto de Mós, relativo ao ano de 2019, que foi oportunamente enviado para todos. A terminar, disse que queria deixar uma palavra de reconhecimento à equipa da CPCJ, dizendo que neste tempo, de março até ao presente as crianças e os jovens tem estado em casa mas a CPCJ esteve sempre no terreno, em contacto permanente com as crianças e com as famílias, achando que essa metodologia pode ser repensada para ser utilizada em tempos normais.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, perguntou à senhora Vereadora, se no período de pandemia houve aumento de casos de vítimas de violência doméstica e de absentismo escolar. Perguntou ainda se há alguma medida que a Câmara tenha implementado ou pretenda implementar no sentido de haver uma prevenção quer na violência doméstica, quer no absentismo escolar e ainda, se dos casos que referiu, em algum houve institucionalização.-----

-----A senhora Vereadora passou a responder, dizendo que em relação ao numero de casos neste período houve um total de 23, não configurando um aumento significativo relativamente ao números habituais, o que houve mesmo foi um aumento de crianças vítimas de violência doméstica. Houve aqui um trabalho muito grande em equipa com a rede de parceiros, tendo as situações sido acompanhadas dentro das competências atribuídas a cada um. No que refere às medidas, disse que há uma planificação – o Plano de Ação para 2020 que vai no sentido da prevenção. No que se refere ao número de institucionalizações, disse que houve uma, neste período.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**10. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que estava disponível para responder às questões que entendessem colocar-lhe, dispensando-se de fazer mais comentários sobre o mesmo, face ao documento que foi oportunamente distribuído por todos os membros desta Assembleia. -----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que o senhor Presidente da Câmara há pouco, não lhe respondeu sobre os estradões da floresta do Juncal, perguntando ainda se há previsão de lá colocar algumas máquinas para tentar resolver algumas situações.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usou da palavra dizendo que também não obteve resposta quando referiu a ausência de comunicação aos presidentes das Juntas de Freguesia da realização de trabalhos por outras entidades, nomeadamente da Câmara Municipal, nas mesmas. Perguntou ainda porque é que não se pediu a opinião aos Presidentes de Junta sobre os percursos pedestres, dizendo que ainda não sabe onde é que eles vão ser e estando a ser marcados nas suas freguesias era justo que os respetivos presidentes se pronunciassem. Ainda no que se refere à questão dos tuneis, disse que fica preocupado, porque já percebeu que a empresa não apresentou declaração, mas apresentou uma proposta para executar uma obra para eliminar o risco do túnel ruir. É importante saber, até porque agora há uma estrada por cima do túnel e se o risco do túnel ruir não se elimina pode acontecer qualquer acidente, preferindo que se tivesse gastado mais dinheiro, para eliminar esse risco. -----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usou também da palavra perguntando, relativamente a novas avenças com funcionários, se estão previstas, se se têm efetuado, qual a justificação.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----No uso da palavra referiu que numa das intervenções que o senhor Presidente fez, este fez menção às obras de requalificação da Fonte do Castelo e da zona norte do Castelo, pedindo que, finalmente se intervenha na estrada de acesso norte àquele monumento que se encontra extremamente degradada. Disse ainda querer deixar uma nota à senhora Vereadora sobre a CPCJ, dizendo que não tem dúvidas que esta esteja a fazer um excelente trabalho, mas convém que não

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aconteça muitas vezes, o que aconteceu há uns tempos, quando um miúdo com 17 anos se ausentou da escola, que telefonou para a CPCJ e a resposta que obtive foi para deixar andar, pois mais uns meses e faria 18 anos.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse que só quer congratular a Câmara Municipal porque finalmente a Cruz da Léguas/Cumeira/Moitalina, vão ter saneamento, perguntando para quando se prevê o início.-----

-----Respondendo a Olga Silvestre o senhor Presidente da Câmara disse que se está a aguardar o visto do Tribunal de Contas para o financiamento, seguindo-se depois o lançamento do concurso público, que será com prévia qualificação. Depois de se fazer o contrato com a empresa que ganhar o concurso, o processo terá que voltar a Tribunal de Contas. Se tudo correr bem, acredita que ainda este ano este processo burocrático ficará terminado. Quanto à questão que Júlio Vieira colocou, disse que o processo de que falou há pouco é autónomo daquele que referiu, sendo que este é um processo que já vem do GTL e que já tem um estudo feito. A entrada para a estrada para Fonte dos Marcos vai ser requalificada, tendo o município já adquirido uma casa velha que irá ser demolida e tendo já chegado a acordo com quase todos os proprietários, para ganhar ali o espaço necessário para fazer um passeio, sobre todo o lado esquerdo de quem vem a descer. A sua ideia inicial era poder haver uma entrada pela Rua D. Fuas Roupinho e a descida pela rua que referiu, mas a solução que se está a encontrar é que se podem fazer duas faixas nessa rua depois de feito esse arranjo. A encosta norte do Castelo, é uma intervenção que começa com um parque de estacionamento para três autocarros em frente à casa do Euclides, para quem conhece, e depois a partir daí, uma via pedonal, que já existe, mas que será melhorada e depois requalificar a Fonte do Castelo. É este projeto que está na Direção Regional do Património Cultural, que está a ser ultimado, e que o arquiteto Hugo Alves lhe disse que na próxima semana lhe apresentaria, já previamente acordado com a Direção Geral do Património. Disse esperar iniciar esta obra dentro de pouco tempo, sendo um obra emblemática e que vem na sequência de toda a intervenção que tem vindo a ser feita no Castelo. A David Salgueiro, disse que as novas avenças são feitas sempre que necessário e está em curso uma que foi considerada necessária, dado que a técnica superior de comunicação social está de licença de parto. Está a ser feita uma avença para a área da comunicação com uma pessoa do concelho, que aceitou colaborar com a Câmara até final do ano. Esclareceu que se trata de um encargo de 1250 euros mensais não tendo a Câmara mais encargos com o mesmo. Relativamente à intervenção do senhor Presidente de Junta de Serro Ventoso, disse que ficou com a sensação de que o senhor vereador tinha explicado esta questão, querendo ainda lembrar que este processo não é feito nas costas de ninguém. Este processo foi apresentado a todos os Presidentes de Junta e portanto calcula que terá conhecimento dos percursos, até porque grande parte deles, são coincidentes com aqueles que já existiam e que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estavam marcados pelas Juntas de Freguesia, e alguns deles até, são coincidentes com ideias que alguns sugeriram. Sobre a questão dos estradões disse que se trata de uma obra do Estado e que reputa importante do ponto de vista das faixas primárias e que estavam previstos, admitindo que alguns não tenham ficado muito agradados com a intervenção do Estado, mas ele próprio também não soube. Aquela intervenção, é estruturante naquela serra, que vai até ao concelho de Alcobaça e que define o nosso território partindo-o praticamente ao meio, em termos de faixas de proteção. Está a ser equacionado com o Parque Natural, fazer-se uma intervenção na estrada, porque efetivamente passa em cima do túnel, mas do outro túnel. O túnel que estava em risco, é o túnel mais pequeno, e aí não passa estrada nenhuma. O túnel pequeno estava em risco, tendo a empresa dito que deixou de estar em risco. Com a garantia que a empresa deu, que é uma empresa da especialidade, que tem feito intervenções em todo o país a variadíssimos níveis, de que o túnel, monitorizado, não tem problemas, o que se vai fazer é monitorizar. Disse ainda que está em crer que desse lado, as coisas ficam resolvidas. Não está resolvida a preocupação que manifestou pelo facto de o estradão passar por cima do túnel maior, e o trânsito acentuou-se nos últimos meses, e isto de facto, alertou toda a gente e vai ter que ser tomada uma decisão sobre aquilo. Por fim, respondendo a Joaquim Santiago, disse que os estradões têm intervenção pontual. Disse ainda que há pouco explicou que a questão das prioridades gera prioridades. Disse ainda que não tem nenhuma referência dos bombeiros e cada vez que eles alertam para situações de risco eminente, a Câmara tenta intervir. -----

-----**Joaquim Santiago** usou ainda da palavra dizendo para o senhor Presidente falar com o Coordenador da Proteção Civil, que ele levou ao local e que, com certeza, ele lhe explicará a situação.-----

### -----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

- -----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 5 (5.1 e 5.2), 6, 8, 9, 10, e 11 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 horas do dia 27 de junho e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

---

---